

Campinas convoca contribuintes com decisão judicial favorável para acordo de IPTU

PÁGINA 5

Compra de livros sem licitação segue a lei, afirma Prefeitura

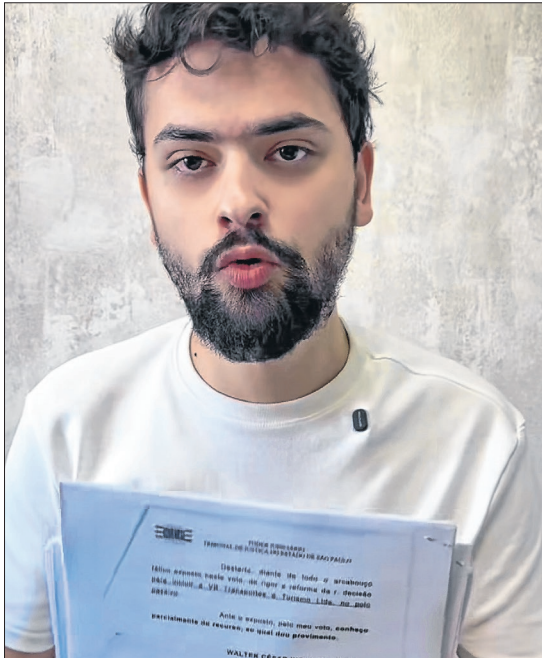
A Secretaria de Educação de Campinas alega que a aquisição de kits infantis cumpre as exigências legais por se tratar de um projeto pedagógico exclusivo. Contudo, o alto valor de R\$ 12 milhões concentrado em apenas uma editora de menor expressão mercadológica despertou questionamentos no cenário político local sobre a transparência e os critérios de escolha. Parlamentares da oposição cobram auditoria.

PÁGINA 5

“Nunca mexi em dinheiro público”, afirma vereador

Reprodução/Instagram @vini.campinas

Vereador do Cidadania-SP publicou um vídeo nas redes sociais negando o recebimento de propina após ser gravado saindo de uma empresa de ônibus com um malote suspeito. Alegou que na caixa havia documentos de denúncias contra o transporte municipal de Campinas, que foram protocolados no Ministério Público. Afirmou viaçoter visitado a viação duas vezes



PÁGINA 4

Em um dia, três pedidos miram Vini na Câmara

Em um único dia, Casa recebeu as solicitações de investigação contra o vereador, flagrado em vídeo com malote suspeito; caso solicitações estejam adequadas tecnicamente, irão ao plenário

PÁGINA 4

Replan atinge maior volume de óleo diesel

A refinaria de Paulínia bateu recorde de produção de diesel no 1º quadrimestre de 2026, com a maior marca desde 2015, visando a autossuficiência até 2030.

PÁGINA 7

Escola em Piracicaba reabre após 30 anos

Após mais de 30 anos desativado, o antigo “Grupão” do Artemis, em Piracicaba, reabre revitalizado. A escola recebeu R\$ 5 milhões em investimentos e terá 280 vagas.

PÁGINA 8

Sumaré recebe polo de IA de R\$ 30 bilhões

A Ascenty, dona do maior portfólio de data centers no Brasil, anunciou a construção de seu 1º complexo voltado à inteligência artificial no país



Ascenty/Divulgação

Sumaré receberá data center desenvolvido para IA

PÁGINA 7

EUA classificam CV e PCC como grupos terroristas

PÁGINA 15

FERNANDO MOLICA

Fim da escala de trabalho 6 x 1: a marca de Lula 3

PÁGINA 18

VINICIUS LUMMERTZ

O problema brasileiro não é a falta de atores

PÁGINA 18

Tales Faria

Pau que bate em Castro não bate em Flávio

O ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (PL) informou ao comando do seu partido, nesta quinta-feira, 27, que não será candidato ao Senado como vinha pretendendo. Desistiu cedendo a pressões internas no próprio PL.

Para o seu lugar como candidato o mais cotado até então era nada mais, nada menos do que o líder do partido na Câmara, Sóstenes Cavalcanti (RJ), que é também o principal porta-voz do pastor Silas Malafaia no Congresso.

No dia anterior, já corria solto no PL que Castro deveria desistir. E Sóstenes estava sendo inquirido por amigos se seria mesmo ele o novo candidato ao Senado. O deputado respondeu: "O Cláudio ainda não desistiu. Não vou queimar largada."

E não queimou. Como todo mundo no partido, o líder esperou pacientemente que o próprio ex-governador anunciasse a desistência da candidatura diante das acusações que pesam contra ele e das pressões internas.

Castro foi alvo de buscas da Polícia Federal, na terça-feira, 26, em que foram apreendidos dois celulares e um computador. Segundo a PF, a investigação apura se integrantes do governo do Rio de Janeiro beneficiaram a Refit, antiga Refinaria de Manguinhos, em fraudes e na evasão de impostos. O dono da Refit, Ricardo Magro, é um dos maiores sonegadores do país.

Também a Operação Compliance Zero revelou encontros que teriam ocorrido entre Castro e o banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master. A Polícia Federal relaciona esses encontros aos aportes milionários no banco feitos pelo Rioprevidência.

Enfim, são suspeitas pesadas. Mas também pesam contra o candidato do partido a presidente da Repú-

blica, o senador Flávio Bolsonaro (RJ), suspeitas de envolvimento com Daniel Vercaro, a quem pediu R\$ 134 milhões numa troca de mensagens flagrada pela PF. E com quem Flavio se encontrou pessoalmente quando o banqueiro já estava em prisão domiciliar usando tornozeleira eletrônica.

As pressões internas do PL contra Castro não significam que seus colegas de partido já o considerem culpado. O argumento é de que, carregando suspeitas desse tipo, ele não tinha mais condições de conquistar votos suficientes do eleitorado para se eleger senador.

No caso de Flávio Bolsonaro, os integrantes do PL resolveram esperar para ver como se comportam as pesquisas e se terá como superar o estrago. Já para Cláudio Castro não foi dado este tempo para avaliar se conseguiria esfriar o escândalo.

Com uma diferença: Castro era apenas candidato a senador, enquanto Flávio é o candidato a presidente da República, portanto com potencial de causar um estrago muito mais amplo, nacionalmente, sobre o partido como um todo.

Mas pesa a favor de Flávio o sobrenome Bolsonaro. Ele é herdeiro direto do ex-presidente Jair Bolsonaro, que, na prática, está comandando o PL nestas eleições. Bolsonaro fez do filho o candidato a presidente contra o desejo de Valdemar Costa Neto, o comandante oficial da sigla, que preferia a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. É o ex-presidente Bolsonaro quem tem batido o martelo sobre as candidaturas do PL no país inteiro. Pelo jeito, é dele que deve ter partido a seguinte ordem:

No PL, o pau que bate em Castro não bate em Flávio.

Fernando Molica

Fim do 6 x 1: a marca de Lula 3

A proposta de fim da escala de seis dias de trabalho por um de folga deu ao governo um bilhete premiado como há muito tempo não chegava em mãos petistas. Tem tudo para se transformar na marca original tão perseguida neste terceiro mandato do presidente Lula.

O aumento do tempo de lazer dos trabalhadores é uma pauta de fácil compreensão, que gera benefícios imediatos e que marca diferenças em relação à direita. Parafraseando o grande locutor Januário de Oliveira (1940-2021), tai o que o PT queria.

Pesquisas e analistas haviam detectado um desgaste da fórmula petistas; iniciativas retomadas pelo atual governo eram vistas como conquistas da sociedade incorporadas ao cotidiano, deixaram de ter o carimbo petista. Isso incluía o Bolsa Família, o Farmácia Popular e o Minha Casa, Minha Vida.

A ampliação do acesso ao ensino superior passou a enfrentar um outro problema, a dificuldade que os novos diplomados passaram a ter para se inserirem no mercado de trabalho. Muitos jovens pobres preferiam, à ralação nas faculdades, o atalho do aluguel de sua mão de obra para aplicativos — quem é pobre tem pressa, diria Betinho (1935-1997).

Programas como o pacote para a área de segurança pública são complicados, de difícil execução; seus eventuais frutos serão colhidos lá na frente. O fim da cobrança de imposto de renda para quem ganha até cinco salários mínimos foi importante, mas não tão decisivo em um momento em que tantos não recebem contracheques, têm rendimentos de fontes dispersas, nem sempre declarados. O fim da taxa das blusinhas foi, principalmente, o reconhecimento de um tiro no pé.

Já a substituição da escala seis por um pela de cinco por dois tem cara de novidade, de algo até inesperado. Apesar de possíveis consequências negativas, ressaltadas por entidades empresariais, a obrigatoriedade de uma folga extra dá um alento a milhões de pessoas.

Permite ao PT a chance de se reconciliar com o universo do qual andava afastado por suas dificuldades de entender o novo mundo do trabalho. Mais: dá ao partido a recuperação do discurso do nós contra eles de uma maneira objetiva e concreta, de evidenciar uma clara divisão de campos. Dá novo matiz à defesa da família — não de uma maneira abstrata, baseada em princípios morais e religiosos, mas com base em benefício real.

A mudança, caso efetivada, dará um fôlego à CLT, tão desprezada nos últimos anos até mesmo na base da pirâmide social. A possibilidade de ter dois dias de folga equilibra o jogo, é capaz de gerar algumas dúvidas nas cabeças dos que têm preferido trocar a segurança da carteira assinada pela aventura sobre duas rodas.

A redução nas horas trabalhadas deverá ser complicada, é impossível negar a possibilidade de repasse, para o consumidor, de custos adicionais para empresas. Trabalhadores não sofrerão redução salarial, mas nada impede que sejam demitidos e substituídos por outros que ganhem menos.

Mas não há jogo de ganha-ganha na política, palco de inevitáveis e necessários embates entre interesses diversos e até opostos. O jogo sempre pode virar, mas, até aqui, o fim da seis por um aponta para uma vitória importante do governo.

EDITORIAL

Ociosidade mais abandono pode ser igual à dignidade

A transformação do antigo prédio do INSS, na Rua General Osório, em um condomínio de moradias sociais, anunciada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, representa uma daquelas raras notícias capazes de unir bom senso, função social e inteligência urbana.

Em uma cidade onde milhares de famílias vivem o drama da moradia precária, não há como justificar a existência de imóveis públicos vazios, deteriorando-se lentamente, enquanto pessoas vivem em ocupações improvisadas, áreas de risco ou deixando de comer para pagar o aluguel.

A iniciativa anunciada pelo Governo Federal merece reconhecimento ao romper uma lógica histórica de abandono burocrático. O imóvel mencionado está ocupado desde setembro de 2025 por cerca de 60 famílias marcadas por alta vulnerabilidade social. A edificação, agora, poderá cumprir o que deveria ser a essência de qualquer patrimônio público, o de servir a população.

A medida abre um debate urgente sobre o destino de inúmeros imóveis da União espalhados pela Região Metropolitana de Campinas (RMC). São prédios, galpões inutilizados, terrenos abandonados e estruturas inteiras consumidas pelo tempo, enquanto o déficit habitacional cresce.

Em muitos casos, são espaços

localizados em áreas centrais, com acesso a transporte, comércio e serviços públicos, nos quais a população de baixa renda quase nunca consegue morar.

O abandono de patrimônios públicos tornou-se uma paisagem silenciosa em várias cidades da região. Enquanto isso, famílias seguem empurradas para locais cada vez mais longes dos centros urbanos, aumentando as desigualdades.

O exemplo do prédio do INSS não deve ser apenas um caso isolado, ele deve servir de modelo para criar uma política permanente de reaproveitamento social de imóveis públicos ociosos com rapidez.

A União ainda se perde em disputas administrativas intermináveis, avaliações lentas, entraves jurídicos e falta de transparência sobre o volume de móveis, qual a situação deles e a destinação prevista. A sociedade tem o direito de saber quantos prédios seguem fechados há anos sem qualquer utilidade prática, com a máxima transparência.

A partir disso, acelerar os mecanismos legais para a cessão, adaptação e conversão desses espaços em moradias populares, equipamentos sociais ou serviços públicos.

A experiência de Campinas revela que soluções existem quando há vontade política. Entre deixar um imóvel apodrecer ou devolvê-lo à sociedade, a escolha deveria ser óbvia...

Opinião do leitor

Luz da amizade

O que as baianas Odete e Leda têm em comum? O amor eterno. Alimentam nos corações a chama da ternura, do carinho, da amizade e da solidariedade. A vida toda Odete foi babá dos filhos da Leda. Hoje, os papéis se inverteram. Leda, com 86 anos, cuida da Odete, com 103 anos.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO DE CAMPINAS

POR RAQUEL VALLI

SOAMI-CPOR/SP



Ramos utiliza farda de reencenação histórica

Palestra aborda Pracinhas na II Guerra e Dia da Vitória

Uma palestra sobre a atuação do Brasil na II Guerra Mundial e sobre o Dia da Vitória será ministrada às 14h no sábado (30) na Associação dos Expedicionários Campineiros (AExpCamp). A entrada é gratuita e aberta ao público. A explanação será feita pelo presidente da Sociedade Amigos do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo (SOAMI-CPOR/SP) Douglas Ramos, que utiliza uma farda de reencenação histórica, fiel ao modelo da época para contextualização visual dos fatos. Haverá exibição de áudios e imagens originais, que contextualizam os ataques sofridos pelo Brasil, as dificuldades para formação e o envio das tropas e a dinâmica dos combates.

Relevância internacional

Aborda ainda a vitória e o custo humano do processo. “O Brasil teve uma participação enorme. Os EUA têm uma gratidão muito grande pela nossa participação. A (campanha na) Itália foi decisiva para a início da derrota alemã”, declara Ramos. A AExpCamp fica na Rua Falcão Filho, 96, no Botafogo, e é solicitado que os presentes levem a própria bebida para confraternizar.

Câmara Municipal de Campinas



Documento será endereçado ao próprio INSS

Schneider faz moção contra fura-fila

O vereador Nick Schneider (PL-SP) protocolou uma Moção de Protesto contra a decisão do Governo Federal de destinar o antigo prédio do INSS, na Rua General Osório, no Centro, à moradia social, dando prioridade às famílias que já moram no prédio, que foi invadido em setembro do ano passado. Para o parlamentar, a decisão do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos desrespeita as famílias que aguardam regularmente na fila há anos.

Invasores priorizados

“Nosso repúdio não é à construção de moradias, mas à forma como isso está sendo feito. Não podemos concordar que invasores sejam priorizados enquanto tantas famílias aguardam na fila de forma correta”, afirma Schneider. A moção tem como destino o ministério, a Secretaria do Patrimônio da União e o próprio INSS.

PINGA-FOGO

Trigo entre o joio

A atuação da Câmara Municipal é alvo de críticas frequentes da população devido, entre outros, a projetos irrelevantes. Mas, entre tantas inutilidades, há ações que de fato representam o anseio popular, que a elegeu. A mais recente iniciativa do vereador Ailton da Farmácia (PSB-SP) ilustra esse tipo de postura louvável e necessária.

Resposta à crise

O parlamentar apresentou uma Moção de Apoio à Faculdade São Leopoldo Mandic e à Prefeitura para a formalização de um convênio voltado à ampliação de leitos SUS na Casa de Saúde Campinas, em modelo de porta aberta, sem necessidade de encaminhamento prévio. A proposta surge em momento crucial para o município.

Dando voz ao povo

“Campinas enfrenta hoje um colapso no atendimento público de saúde. Precisamos apoiar alternativas que ampliem os leitos e garantam atendimento direto à população que depende do SUS, sem burocracia e sem a necessidade de encaminhamentos”, afirmou, refletindo a urgência das demandas sociais vindas das ruas.

De mal a pior

A moção foi protocolada após o Hospital da PUC-Campinas informar no último dia 26 a suspensão de novos encaminhamentos SUS ao Pronto-Socorro Adulto devido à superlotação. Segundo comunicado divulgado pelo hospital, a ocupação chegou a 390% acima da capacidade, evidenciando o colapso na saúde. Um mês antes, a unidade já havia colapsado em 360%.

Proposta pé no chão

No documento, Ailton destaca que a Faculdade São Leopoldo Mandic já protocolou proposta para assumir a operação SUS na Casa de Saúde, com o objetivo de ampliar a oferta de leitos no município. A iniciativa, entretanto, ainda não saiu do papel, mesmo com o atendimento municipal nas atuais condições.

Não precisa desenhar

A Prefeitura já possui histórico de contratação direta de leitos clínicos e de UTI junto à Casa de Saúde, mas, é preciso expandi-lo, pelos motivos óbvios. A medida, inclusive, beneficiaria diretamente moradores das regiões Sul e Sudoeste da cidade necessitados de atendimento hospitalar.



Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas

Este ano, das 12 vítimas fatais, oito eram motociclistas

Motociclistas concentraram 67% de mortes no trânsito

Falta de habilitação e ausência de capacete lideram as causas

Da Redação

Os motociclistas concentraram 67% das mortes registradas no trânsito urbano de Campinas no primeiro quadrimestre de 2026. Das 12 vítimas fatais contabilizadas entre janeiro e abril, oito eram condutores de motos, segundo balanço divulgado pela Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec).

Apesar da redução de 45% no número total de mortes no primeiro quadrimestre de 2026 em comparação com o mesmo período de 2025, de 22 para 12 óbitos, os dados acendem alerta para comportamentos de risco que continuam presentes nas vias da cidade, especialmente para os motociclistas. As informações são do Boletim Informativo de Óbitos no Trânsito, divulgado pela Emdec. O balanço considera como vítima fatal aquelas que falecem em até 30 dias após o sinistro (acidente).

Entre os fatores analisados nos acidentes fatais, dirigir sem habilitação e pilotar sem capacete aparecem como as principais causas identificadas pela Emdec. Cada uma delas esteve presente em dois dos seis casos analisados pela empresa neste balanço.

Segundo o levantamento, até meados de maio a Emdec havia registrado 337 infrações relacionadas à falta de habilitação e outras 146 por condução de motocicleta sem capacete ou transporte de passageiro sem o equipamento de seguran-

ça. Os atropelamentos aparecem como a segunda principal causa de mortes no trânsito urbano de Campinas. Quatro pedestres morreram entre janeiro e abril, o equivalente a 33% das vítimas fatais.

No período, a cidade não registrou mortes de ciclistas nem de ocupantes de outros tipos de veículos nas vias urbanas.

Considerando também as rodovias que cortam Campinas, foram registradas 22 mortes no trânsito no primeiro quadrimestre do ano, redução de 35% em relação ao mesmo período de 2025. Segundo a Emdec, ações de fiscalização, educação no trânsito, campanhas de conscientização e reforço da sinalização contribuíram para a queda nos índices de mortalidade.

Até agora, o mês de abril foi o que mais computou mortes no trânsito em 2026. Foram dez em vias urbanas e rodovias, sendo oito na malha urbana – 88% (sete) eram motociclistas e 12% (1) eram pedestres. A maioria dessas ocorrências fatais ocorreu às sextas-feiras e aos sábados, no período entre 21h e 6h.

Dos sete motociclistas mortos em vias urbanas em abril, dois eram menores de idade – 16 e 17 anos. Um dos casos aconteceu na avenida John Boyd Dunlop, onde foi registrada a primeira morte da via em 2026.

Outro envolveu um motociclista sem capacete que realizava manobras perigosas no bairro Itatinga, entrou na contramão e bateu de frente com um ônibus.

Por Raquel Valli

Três pedidos para investigar o vereador Vini Oliveira (Cidadania-SP) foram protocolados ontem na Câmara de Campinas. Dois deles pedem a instauração de uma Comissão Processante para averiguar se Vini praticou improbidade administrativa (conduta ilegal de agentes públicos que se enriquecem causando prejuízo ao erário, sujeitando o infrator a penalidades como perda do cargo e suspensão de direitos políticos).

Ambos os pedidos dizem respeito ao vídeo divulgado na quarta-feira (27) pela Rede Record, em que Vini aparece saindo de uma empresa de transporte público com um malote suspeito. Questionam o motivo do parlamentar ter ido à companhia, participado de uma reunião na empresa e saído da viação com a mercadoria.

O primeiro pedido foi protocolado pela vereadora Mariana Conti (PSol-SP); e, o segundo, pelo ativista Adriano Vieira Novo. Já o terceiro foi protocolado por Aparecido José de Oliveira, que sustenta que Vini teria nomeado uma funcionária para atuar como assessora parlamentar, mas que a servidora não presta serviço no gabinete de número 5.

Trâmite

Os pedidos passam agora pela procuradoria jurídica da Casa, que vai analisar se eles estão em conformidade técnica. Se estiverem corretamente instruídos, terão que ser votados na primeira sessão subsequente aos protocolos, ou seja, na segunda-feira (1).

Mas, para que denúncias sejam aceitas e as investigações abertas, é preciso que a maioria simples dos vereadores no plenário vote a favor. Caso contrário, serão arquivadas.

Como Conti fez um dos pedidos, não poderá participar da votação específica para aprová-lo. No lugar da vereadora, será convocado a votar o suplente Paulo Bufalo.

O outro lado

O **Correio da Manhã** entrou em contato com o vereador para obter o posicionamento do parlamentar, mas até o fechamento desta reportagem, Vini Oliveira não respondeu diretamente ao jornal sobre as denúncias.

Na quarta-feira (27), ele informou pelas redes sociais que faria um pronunciamento às 12h da quinta (28), afirmando: “Vou desmascarar mais uma vez o transporte que está tentando acabar com a minha vida, assim como fizeram com o Toninho. Foi armado pra acabar com a minha vida e assassinar minha reputação. Deus vê tudo e sabe



Dois dos três pedidos de comissões processantes são decorrentes de Vini em atitude suspeita em uma empresa de ônibus

Câmara recebe três pedidos de investigação contra Vini Oliveira em um único dia

Em pronunciamento, vereador nega ter recebido dinheiro em malote

de tudo. A máfia do transporte não vai me derrubar”, escreveu, evocando o ex-prefeito Antonio da Costa Santos (PT-SP), assassinado em 2001.

Alega inocência

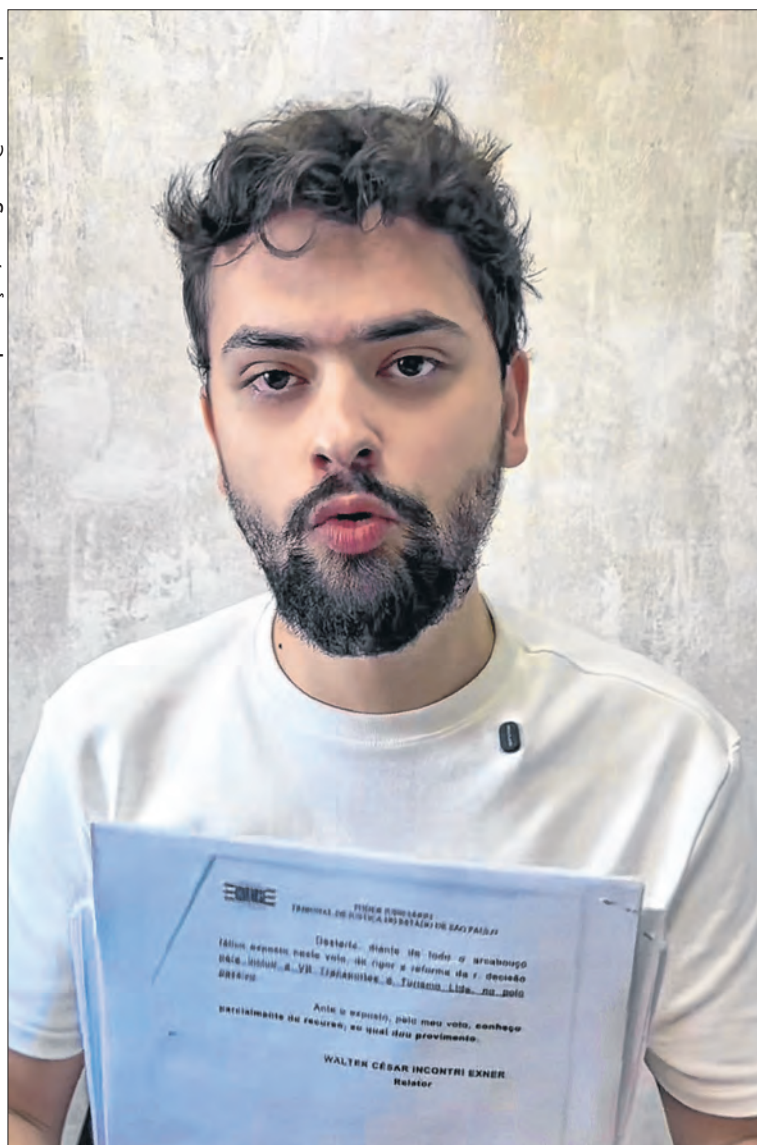
Com cinco horas e quarenta e seis minutos de atraso, Vini se pronunciou nas redes sociais. Às 17h46, postou um vídeo em que ele nega ter recebido dinheiro.

“Eu espero que a verdade alcance o mesmo número de pessoas que a mentira alcançou. E por isso a gente precisa conversar. Eu vou mostrar para vocês o que tem aqui dentro do malote”, afirmou, mostrando drives e documentos - segundo ele, os mesmos obtidos na viação.

Mas, o vereador omitiu dados cruciais, não informando a identidade da empresa envolvida no escândalo, nem tampouco o nome do executivo com quem se reuniu na empresa de ônibus. Da mesma forma, não esclareceu sobre o teor exato da papelada ou a especificação dos arquivos digitais armazenados nas mídias portáteis.

Informou, entretanto, que tratam-se de denúncias sobre o transporte coletivo municipal, mas sem mencioná-las especificamente.

Confirmou que esteve na



Vini Oliveira disse que malote continha drives e documentos

companhia, dizendo que a garagem fica em Paulínia e que a visita ocorreu em 1º de abril. “No dia 2, eu já fiz um vídeo mos-

trando para vocês parte desses documentos aqui. E logo no primeiro dia útil seguinte, que foi 6 de abril, eu fui ao Ministé-

rio Público, onde eu apresentei essa denúncia aqui”.

Na sequência, negou estar envolvido em irregularidades. “Nunca encostei a mão em dinheiro que não seja o meu salário, e peço ao Ministério Público que quebre meu sigilo bancário, e que veja que eu não devo nada a ninguém. Eu nunca encostei no dinheiro da população. Nunca cometi rachadinha, propina ou desvio de dinheiro. Meu mandato é limpo. Minha trajetória é limpa”.

Relatou também o comparecimento prévio ao endereço no dia 28 de março para observar os métodos operacionais da companhia, além das condições da frota veicular. Já em relação à visita de 1º de abril, disse ter sido a respeito dos documentos.

“Por coincidência, a cada denúncia que eu faço, a cada vídeo postado, a cada precariedade mostrada do transporte público da nossa cidade, eu recebo uma retaliação. Todo dia é uma retaliação diferente em cima de mim. A quem interessa o meu fim? A quem interessa o fim do meu mandato? A quem interessa o fim da minha pré-campanha? A quem interessa o fim do Vini Oliveira, que combate a máfia do transporte público de frente, sem temer?”, indagou.

Reprodução/Instagram @vini.campinas

Prefeitura compra R\$ 12 milhões em livros sem licitação

Prefeitura diz que aquisição de projeto literário infantil segue critérios da Lei de Licitações

Por Moara Semeghini

A Prefeitura de Campinas autorizou a compra de mais de R\$ 12 milhões em livros para a rede municipal de ensino infantil sem a realização de processo licitatório. As autorizações, assinadas pela secretária municipal de Educação, Patrícia Adolf Lutz, foram publicadas na edição desta quarta-feira (27) do Diário Oficial do Município. O montante foi destinado, com exclusividade, a uma única fornecedora: a Casa Cultural Editora e Distribuidora de Livros Ltda.

A contratação ocorre sob o amparo da regra de “inexigibilidade de licitação”, prevista no artigo 74 da Lei Federal 14.133/2021. O dispositivo legal permite a dispensa de concorrência pública quando os materiais ou serviços são fornecidos por empresa ou representante comercial exclusivo, inviabilizando a competição de mercado. Contudo, o alto valor concentrado em apenas uma empresa e o perfil da editora _

de menor expressão mercadológica se comparada aos gigantes do setor didático _ despertaram questionamentos no cenário político local sobre a transparência e os critérios de escolha.

A Secretaria de Educação informou que os recursos são voltados à implementação do projeto literário e artístico “Semeando a Cultura na Infância”. Segundo a pasta, serão adquiridos cerca de 40 mil kits para atendimento dos Centros de Educação Infantil (CEIs) do município, focando na primeira infância. A administração rebateu as críticas sobre a falta de diálogo e ressaltou que a escolha não foi arbitrária. De acordo com a secretaria, a aquisição ocorreu após estudos técnicos e “ampla consulta às escolas e profissionais de educação da rede, realizada desde 2025, por meio do Departamento Pedagógico”. A pasta defende que o projeto, que integra literatura e teatro, já foi aplicado em anos anteriores com avaliação positiva dos gestores e está alinhado

às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular.

A vereadora Fernanda Souto protocolou um requerimento de informações cobrando auditoria e explicações detalhadas da Prefeitura sobre a lisura do processo.

Prefeitura, na íntegra

A Secretaria de Educação de Campinas informa que a aquisição do projeto literário Semeando a Cultura na Infância segue rigorosamente a Lei 14.133/2021, de Licitações e Contratos Administrativos, e ocorreu mediante realização de estudo técnico e ampla consulta às escolas e profissionais de educação da rede municipal, desde 2025, por meio do Departamento Pedagógico. O projeto literário, já implementado em anos anteriores, demonstrou impactos positivos na formação leitora de crianças na primeira infância, promovendo contato lúdico, qualificado e significativo com a linguagem escrita. A experiência foi avaliada de forma favo-

rável por professoras e gestores, que destacaram a relevância pedagógica dos kits literários e das atividades culturais associadas, conforme registro de avaliação positiva apresentado pelas próprias escolas. O material está alinhado às Diretrizes Curriculares Municipais, à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Programa Municipal de Leitura e Escrita (PMLE), instituído pelo Decreto nº 21.355/2021, o que reforça a coerência pedagógica e aderência às políticas educacionais vigentes.

O principal diferencial do projeto reside na integração entre literatura e teatro, permitindo que o texto literário dialogue com outras linguagens artísticas. O contato com a arte amplia a compreensão do mundo, promove sensibilidade, flexibilidade e capacidade criativa. Essa abordagem multidisciplinar enriquece a experiência educacional e cultural das crianças. Dessa forma, a implantação e continuidade do projeto são de suma importância,

visto que proporcionam a aplicação e o desenvolvimento de diversas atividades de incentivo à leitura nas escolas, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos na primeira infância.

Os materiais serão destinados aos centros de educação infantil (CEIs) de Campinas. Serão cerca de 40 mil kits, sendo que cada um deles é composto por cinco obras literárias e sacola para acondicionamento.

Sobre a contratação: a lei estabelece, no artigo 74, que não é necessária licitação quando se trata de ‘aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo’. A publicação em Diário Oficial, na quarta-feira, 27 de maio, trata somente de autorização de contratação. Por isso, a implementação só será definida depois que for finalizada a etapa de formalização entre as partes.



Prefeitura autorizou a compra de mais de R\$ 12 milhões em livros para a rede municipal

Contribuintes com vitória na Justiça sobre IPTU são convocados para acordo

Contribuintes de Campinas com débitos de IPTU discutidos na Justiça e que já obtiveram decisões favoráveis poderão regularizar a situação diretamente com a Prefeitura por meio do programa Concilia Campinas. A administração municipal estima arrecadar cerca de R\$ 12 milhões com aproximadamente 800 processos que podem ser encerrados por acordo.

A proposta busca simplificar a regularização dos débitos, reduzir burocracias e acelerar o encerramento de disputas judiciais antigas de forma consensual.

Na prática, a Prefeitura passará a considerar os valores já reconhecidos pela Justiça nos processos judiciais. Isso significa que, se o contribuinte questionou judicialmente o valor do IPTU

e obteve uma decisão judicial favorável, a Administração poderá utilizar esse valor para formalizar o acordo e encerrar a ação.

Um exemplo simples: se a cobrança inicial era de R\$ 1 milhão e a Justiça reconheceu, após perícia, que o valor correto é de R\$ 800 mil, a negociação poderá ser feita com base no valor homologado judicialmente.

O procurador-geral do município, Roberto Granja, orienta que os contribuintes nessa situação procurem a Prefeitura para iniciar o procedimento. “O primeiro passo é conversar com o advogado responsável pelo processo e fazer a solicitação pelo SEI. Nossa equipe fará a análise e, atendidos os requisitos legais, o acordo poderá ser formalizado”, explicou.



IPTU: prefeitura abre acordo para contribuintes com ações

Segundo ele, a medida beneficia todas as partes envolvidas. “O contribuinte consegue regularizar a situação com mais segurança e rapidez; a Prefeitura reduz o volume de ações judiciais; e a

Justiça também ganha com a solução consensual dos processos”, afirmou.

O acesso ao SEI pode ser feito pelo endereço sei.campinas.sp.gov.br/externo. Em caso de

dúvidas, o contribuinte pode entrar em contato pelo telefone 2116-0603.

Concilia Campinas

O Concilia Campinas foi criado para ampliar as possibilidades de negociação de débitos tributários municipais e evitar disputas longas na Justiça. O programa prevê diferentes modalidades de negociação, incluindo parcelamentos, descontos e acordos para diversos tipos de tributos municipais.

Entre as medidas previstas estão: negociação de pequenos débitos sem necessidade de ação judicial; descontos em juros e multas; parcelamentos em até 60 meses; mutirões de negociação; pagamento digital com Pix e QR Code.

GRANDE CAMPINAS

Governo de SP



Iniciativa beneficiou 1.207 vítimas na região em 14 meses

Programa ajuda as mulheres em situação de violência

O programa de auxílio-aluguel do Governo de SP beneficiou 1.207 mulheres vítimas de violência doméstica na região de Campinas em pouco mais de um ano (fevereiro/2025 a abril/2026). No estado, o total passa de 7,5 mil atendidas em 591 municípios. O investimento foi de R\$ 3 milhões na região e R\$ 21,4 milhões no estado. O benefício oferece uma ajuda mensal de R\$ 500 por seis meses, renovável por mais seis, visando garantir segurança e dignidade para que as mulheres em vulnerabilidade se afastem de relações violentas. Segundo a secretária Andrezza Rosalém, a iniciativa é uma ferramenta essencial de autonomia para a reconstrução de vidas. Para receber, é necessário ter medida protetiva e renda de até 2 salários mínimos.

Critérios do cadastramento

O cadastramento para o benefício deve ser feito pela rede municipal de assistência social das cidades paulistas participantes. Após a análise e aprovação do perfil da candidata, o valor de R\$ 500 é disponibilizado diretamente à beneficiária por meio de uma Poupança Social no Banco do Brasil. Além do suporte financeiro, o programa atua na articulação com outras políticas públicas locais, oferecendo orientação e proteção social.

Prefeitura de Valinhos



Próxima região será contemplada em junho

Mais de 70 toneladas recolhidas

A Prefeitura de Valinhos iniciou o programa "Prefeitura nos Bairros", a maior força-tarefa de serviços urbanos da cidade. Em apenas quatro dias, a operação Cata-Bagulho recolheu mais de 70 toneladas de materiais inservíveis na região do Jardim São Marcos. O programa dividiu a cidade em oito regiões e permanece até 15 dias em cada uma, oferecendo serviços integrados de zeladoria, limpeza, sinalização e atendimento. A ação visa conscientizar sobre o descarte correto e a próxima região contemplada será o Jardim Centenário, a partir de 13 de junho.

Climatização de escolas estaduais

A Seduc-SP investirá R\$ 30,7 milhões na climatização de escolas da região de Campinas, parte de um novo pacote de R\$ 170 milhões. O plano visa melhorar o conforto térmico de alunos e professores em áreas de altas temperaturas. Atualmente, a região já conta com 92 unidades 100% climatizadas. No estado, o montante total para essa finalidade atinge R\$ 570 milhões em cerca de 1.500 escolas.

Agenda cultural

A Prefeitura de Hortolândia preparou uma programação cultural gratuita para junho, realizada por meio da Secretaria de Cultura. De acordo com a divulgação, a agenda inclui música, literatura, dança, humor, atividades de bairro, festival junino e eventos na Copa, garantindo o lazer em diferentes regiões da cidade.

Agenda cultural II

As ações começam no dia 1º com foco em variadas idades. Entre os destaques estão o cantor Criolo na Parada Poética; Caju e Castanha e a banda Bicho de Pé no Festival Junino Pé de Serra; a Orquestra Guarany e Banda Dynamite no concerto Scorpions; além da atriz Letícia Sabatella no Encontro de Influencers.

Agenda cultural III

As atividades ocupam múltiplos espaços públicos para democratizar o acesso e valorizar a arte local. Segundo o secretário Régis Bueno, o plano visa aproximar a população, destacar novos talentos e fortalecer o sentimento de pertencimento dos moradores por meio de atrações gratuitas e diversificadas.

'Maio Musical'

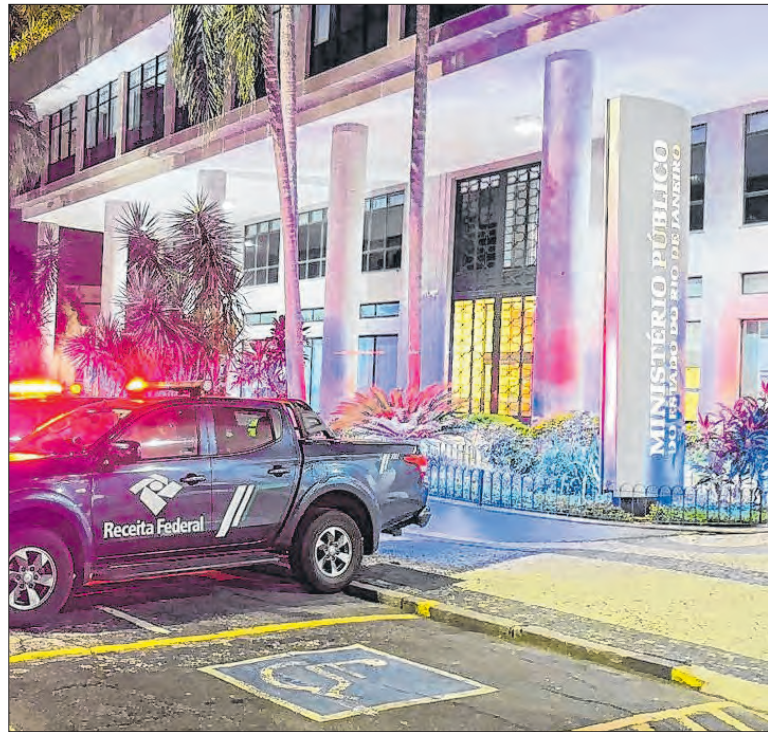
Indaiatuba encerra neste fim de semana a 34ª edição do Maio Musical. O festival gratuito foi histórico, com recorde de mais de 60 atrações regionais e nacionais em vários palcos. Devido às chuvas recentes e para garantir a segurança de todos, algumas apresentações foram remarcadas e a programação vai se estender até o dia 7 de junho.

Apreensão de bebida

A DIG de Campinas apreendeu 191 garrafas de bebidas importadas em uma adega no bairro Vila Sfeir, em Indaiatuba, na quarta-feira (27). A operação mirou o crime de descaminho, que é a entrada de produtos sem o pagamento de impostos. No local, vinhos, uísques, licores e vodcas eram vendidos sem rótulo em português.

Bebidas irregulares II

O gerente do estabelecimento, de 28 anos, foi preso em flagrante durante a ação policial. Ele foi liberado para responder ao processo em liberdade após pagar uma fiança no valor de dois salários mínimos. As bebidas importadas de forma irregular passaram por perícia e agora permanecem à disposição da Justiça.



Foram cumpridos mandados na Tercom Terminal

Empresa de Paulínia é alvo da operação 'Fluxo Oculto'

Receita Federal e MP apuram infiltração de facção no setor

Da Redação

A Receita Federal e o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) realizaram nesta quinta-feira uma operação em uma empresa de armazenagem de combustíveis situada no bairro Cascata, em Paulínia. A ação integra a segunda etapa da operação Fluxo Oculto, criada para apurar a infiltração da facção Primeiro Comando da Capital no mercado de combustíveis.

Os agentes públicos cumpriram um mandado de busca e apreensão na Tercom Terminal Armazenagem Combustíveis, apontada pelas investigações como um entreposto em um esquema fraudulento de emissão de notas fiscais. O propósito da ação é mostrar que a organização criminosa persistiu com a lavagem de dinheiro, sonegação tributária e adulteração de produtos mesmo após outra operação ocorrida em agosto de 2025.

Órgãos reguladores

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) forneceu cinco equipes para prestar suporte no cumprimento dos mandados em dois terminais de estocagem, dois fabricantes de solventes e uma indústria química sob suspeita de desviar insumos. Os servidores ANP avaliaram os documentos das companhias, verificaram o potencial de es-

tocagem e fabricação e recolheram amostras laboratoriais. Essas averiguações aconteceram nas cidades de Arujá, Itupeva, Paulínia, Rafard e Votorantim.

Abrangência e alvos

O MP detalhou que a ação engloba 59 mandados de busca e apreensão cumpridos nos estados de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. As buscas focaram em empresários, operadores da área logística e intermediários que mantiveram as atividades ilegais após as ações policiais anteriores.

O trabalho conjunto reuniu o Gaeco, a Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo, a Procuradoria-Geral do Estado, além das Polícias Civil e Militar.

Vínculos com a facção

Segundo as informações, a facção figura nos relatórios oficiais como beneficiária indireta dos fluxos de capitais, dividindo o mesmo ambiente financeiro ilícito e recorrendo a fintechs semelhantes para ocultar e movimentar recursos. O MP define essa cooperação de infraestrutura entre organizações distintas como convergência criminal.

O esquema criminoso manteve as atividades modificando cadastros societários e dados empresariais para esconder o patrimônio oriundo das fraudes e da sonegação fiscal.

Gigante de tecnologia escolhe Sumaré para seu novo projeto

Expectativa é de um aporte de US\$ 5 bilhões em equipamentos

Sumaré receberá em 18 meses um data center desenvolvido exclusivamente para inteligência artificial, fruto de um investimento de US\$ 1,2 bilhão. A estrutura foi reservada por uma gigante de tecnologia mantida em sigilo e apresentada na última quarta-feira (27).

Na prática, o empreendimento atuará como um cérebro para sistemas de IA. Diferentemente dos centros de dados tradicionais, este projeto exige uma infraestrutura bem mais robusta, com foco principal no suprimento de energia e em sistemas avançados de refrigeração.

Sumaré 3

Chamado de Sumaré 3, o novo complexo terá capacidade inicial de 90 MW, com potencial para dobrar esse volume. De acordo com as informações divulgadas, a Ascenty, empresa responsável pelo desenvolvimento da estrutura, planejou o projeto desde o início para atender às demandas específicas da inteligência artificial. Além do US\$ 1,2 bilhão aplicado na infraestrutura, espera-se que a corporação que ocupará o espaço invista outros US\$ 5 bilhões em equipamentos e tecnologia.

Data centers

Os data centers voltados para inteligência artificial demandam muito mais energia e sistemas de refrigeração mais potentes do que os modelos convencionais.



Ascenty/Divulgação

Empresa utiliza energia proveniente de autoprodução e busca manter a neutralidade ambiental

Em um centro tradicional, um único rack opera com cerca de 8 quilowatts. No Sumaré 3, essa capacidade variará entre 60 quilowatts e 1 megawatt. No lugar do sistema tradicional de refrigeração por ar, o novo centro adotará o resfriamento líquido, tecnologia mais eficiente para dissipar o calor dos chips de IA. Esse método utiliza fluidos para absorver e transferir o calor dos servidores de TI, circulando diretamente nos componentes que precisam ser resfriados. Este será o primeiro grande data center do país concebido diretamente para IA, embora já existam racks isolados operando no Brasil.

Sustentabilidade

A operação foi projetada para utilizar energia de fontes renováveis e sistemas fechados de refrigeração. A empresa utiliza energia proveniente de autoprodução e busca manter a neutralidade em relação ao meio ambiente.

Quanto ao consumo hídrico, o sistema de circuito fechado permite o reaproveitamento integral do recurso. Em 2025, segundo as informações, o consumo equivaleu ao de nove residências de quatro moradores em um ano. A água inserida no início da operação será utilizada ao longo de toda a vida útil do data center.

Expansão no interior

O projeto em Sumaré integra o plano de expansão da empresa no estado de São Paulo, que contempla a construção de outros três data centers. Juntos, os quatro projetos somam 150 megawatts de capacidade, representando um aumento de praticamente 40% em três meses em comparação a tudo o que foi construído nos últimos 15 anos.

A região de Campinas concentra dos investimentos atuais e tem papel central na expansão. Fatores como oferta de energia, infraestrutura de fibra óptica e proximidade com a capital tornam o interior paulista uma área estratégica.

Festa do Peão de Americana terá ingresso solidário

A Prefeitura de Americana, o Clube dos Cavaleiros e o Fundo Social de Solidariedade de Americana estabeleceram uma parceria inédita para realizar uma campanha solidária durante a 38ª Festa do Peão de Americana, que será realizada de 3 a 14 de junho. A ação ocorrerá por meio da comercialização do Ingresso Solidário.

Essa modalidade assegura um abatimento no preço das entradas para os setores de Arena e Pista, com exceção das programações de domingo, sob a condição de que o comprador realize a entrega de um quilo de alimento não perecível. Todos os mantimentos arrecadados na bilheteria serão integralmente repassados às famílias residentes no município que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Funcionamento

A venda dos bilhetes promocionais já está disponível para as noites de sexta-feira e sábado. Os interessados em obter o desconto podem efetuar a compra em canais virtuais ou em pontos de atendimento físicos. Pela internet, o procedimento exige o acesso ao endereço eletrônico oficial do evento, onde o usuário deve selecionar a data pretendida, escolher o setor correspondente de Arena e assinalar a opção do Ingresso Solidário.

Presencialmente, o público pode ir até o posto de venda estabelecido na Rua Dom Pedro II, número 153, na região central da cidade. A entrega do quilo de alimento não perecível será obrigatória no momento do acesso ao recinto do evento, junto com o bilhete.

Alimentos

As doações válidas para a campanha incluem mantimentos essenciais de consumo diário, como arroz, feijão, macarrão, óleo, açúcar, farinha de trigo e leite, desde que os produtos estejam dentro do prazo de validade.

Edição passada

Na edição promovida no ano de 2025, a festividade já havia registrado uma arrecadação expressiva, resultando na captação de 7 toneladas de alimentos que foram direcionados por intermédio de corporações parceiras da iniciativa.

Refinaria da Petrobras de Paulínia atinge maior volume de óleo diesel desde 2015

Marcos Peron / Agência Petrobras

A refinaria de Paulínia, considerada a maior unidade de refino da Petrobras, alcançou no primeiro trimestre de 2026 a sua maior marca na produção de óleo diesel para esse intervalo desde o ano de 2015. O avanço produtivo da planta petroquímica coincide com o período em que a estatal se comprometeu publicamente a atingir a autossuficiência desse combustível no território brasileiro até o ano de 2030.

Desempenho e metas

O resultado operacional obtido nos quatro primeiros meses do ano aponta uma elevação expressiva nas atividades de refino da instalação localizada no interior paulista. A aceleração do processamento interno atende de forma direta às diretrizes corporativas



Conquista projeta expansão econômica e soberania energética

traçadas pela Petrobras, que busca mitigar a dependência do mercado externo em relação ao insumo nos próximos quatro anos.

Segundo as informações, a ampliação do volume refinado na infraestrutura regional con-

solida a importância estratégica da unidade para o abastecimento nacional.

Abastecimento nacional

A elevação da fabricação de diesel em Paulínia serve como

suporte para os planos de expansão econômica e de soberania energética projetados para o encerramento desta década.

O histórico produtivo recente demonstra que a refinaria vem operando com capacidade otimizada, absorvendo a demanda nacional por meio da otimização dos processos industriais.

De acordo com as informações divulgadas, os novos patamares de entrega registrados pela companhia energética servem para aproximar o país da meta final de autossuficiência estabelecida para o ano de 2030, diminuindo os impactos de oscilações na importação e garantindo a continuidade do fluxo logístico de mercadorias em todo o território.

CORREIO DAS REGIÕES

João Valério/Governo de SP



Unidade atenderá 723 mil moradores de 22 municípios

Franca recebe hospital com investimento de R\$ 186 mi

O Governo de São Paulo inaugurou nessa quinta-feira (28) o Hospital Estadual de Franca. Com investimento superior a R\$ 186 milhões, a unidade será referência para 22 municípios, beneficiando cerca de 723 mil habitantes. Nesta primeira fase, opera com 115 leitos e mais de 1,3 mil profissionais, com atendimentos em clínica médica, pediatria, psiquiatria, UTI adulto e cirurgias. O ambulatório funciona desde 4 de maio, com mais de 150 consultas realizadas. Ao longo do segundo semestre, a unidade ampliará serviços diagnósticos e especializados, incluindo tomografia e novas especialidades como cardiologia, neurologia e ortopedia. A estrutura completa prevê 220 leitos e equipe multiprofissional.

Senac Sorocaba oferece 481 bolsas

O Senac Sorocaba disponibiliza 481 vagas de bolsas 100% gratuitas pelo Programa Senac de Gratuidade (PSG), destinadas a pessoas com renda familiar per capita de até dois salários mínimos. As turmas têm início em junho e julho, com opções em áreas variadas, como Radialista, Costura, Desenvolvedor, Programador e Pizzas Artesanais. As inscrições seguem ordem de chegada e estão disponíveis no site oficial do Senac 20 dias antes do início de cada curso.

Prefeitura de Ribeirão Preto



Dois reservatórios passarão por recuperação.

Reforma beneficia 22 mil moradores

Após estudos técnicos a Prefeitura de Ribeirão Preto, por meio da Saerp, deu início à reforma de quatro reservatórios de água distribuídos nos bairros Parque Residencial Flamboyant, Jardim Nova Aliança Sul e Monte Alegre. Os trabalhos são executados pela empresa Mix Serviços e Reformas, contratada via licitação no valor de R\$ 1.655.000 e tiveram início pelo Flamboyant. As intervenções vão beneficiar diretamente cerca de 22 mil moradores na área do Monte Alegre, onde dois reservatórios passarão por recuperação.

Obra custa três vezes menos

A reforma se mostrou mais vantajosa ao erário, já que uma unidade nova custaria cerca de três vezes mais. Os serviços incluem instalação de tubos de ventilação, correção de soldas, pintura e revestimento. O teto comprometido será substituído e um anel de força danificado, removido. O contrato também prevê troca de estruturas, abertura de pontos de inspeção e melhorias nas escadas.

Destinos de inverno

Gramado e Campos do Jordão empatam pelo terceiro ano seguido como melhores destinos de inverno do Brasil, com 26% e 25% das menções, segundo o Datafolha. Gramado espera 2,3 milhões de visitantes na alta temporada e prepara novidades, já Campos do Jordão recebe 2,1 milhões de turistas por temporada.

Enoturismo

São Roque foi eleita melhor destino para enoturismo entre os paulistanos, segundo o Datafolha. A apenas 70 km da capital, a cidade produz vinho desde o século 17 e vive um novo momento: vinícolas investem em renovação de vinhedos e tecnologia de vinificação. Em 2025, o roteiro recebeu 1,5 milhão de visitantes.

Clínica Meu Pet

O Governo de SP inaugurou nesta quarta (27) a clínica veterinária Meu Pet em Ribeirão Preto, com investimento de R\$ 7,9 milhões. A unidade oferece atendimento gratuito para cães e gatos, com consultas, cirurgias, exames e urgências, com capacidade para até 40 atendimentos diários.

Funcioanamento

O espaço funciona de segunda a sábado, das 7h às 17h. Agendamentos ocorrem presencialmente às segundas-feiras, e urgências são atendidas sem hora marcada. Esta é a sexta unidade do programa Meu Pet no estado, somando R\$ 44,3 milhões em investimentos estaduais em saúde e bem-estar animal.

Veterinário Móvel

Sorocaba lança o Consultório Veterinário Móvel "Carinho que chega em quatro rodas", com atendimento gratuito em todos os bairros, de segunda a sexta, das 8h às 14h, com até 10 atendimentos diários. O serviço oferece consultas preventivas, orientações e encaminhamentos. Inscrições pelo site da Prefeitura a partir de 1º de junho.

Limeira abre abrigo

Limeira abre o Departamento de Bem-Estar Animal neste sábado (30), das 9h às 12h, na Rua Professor Sólon Borges dos Reis, 251, com entrada gratuita. O espaço abriga 119 cães e gatos para adoção. Visitantes interagem com os pets e, para adotar, precisam de documento, comprovante e caixa ou guia.



Gael estava entusiasmado com a nova escola

Grupo escolar de Piracicaba reabre portas após 30 anos

Unidade amplia oferta com 280 vagas e investimento de R\$ 5 mi

Da Redação

Após mais de 30 anos desativado, o antigo grupo escolar do bairro Artemis, em Piracicaba, voltou a receber alunos nesta quinta-feira (28). Conhecido como "Grupão", o espaço foi revitalizado e ampliado pela Prefeitura, com investimento de R\$ 5 milhões, e passa a se chamar Escola Municipal Kazue Otsubo.

A unidade oferta 280 novas vagas na Educação Infantil, nos períodos da manhã e da tarde, aliviando a demanda concentrada na EM Deolinda Elias Cenedese, que enfrenta limitações para expansão.

Reconstrução

O pequeno Davi Lucas, de seis anos, foi o primeiro aluno a cruzar os portões da unidade revitalizada. A mãe, a vendedora Edivanete Souza Silva, moradora do bairro há 10 anos, celebrou o resultado. "Vi o prédio abandonado, era só terra, e agora está uma maravilha", comentou.

Na mesma turma, o pequeno Gael Magalhães, de quatro anos, explorava a sala com entusiasmo. "Eu tenho uma escola linda e tem um monte de brinquedos", disse. A agente escolar Ana Paula Alvarenga, mãe do aluno Adriano, também de quatro anos, destacou: "É um ambiente mais amplo, que permite o desenvolvimento da criança de acordo com a faixa etária."

Por ser tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural (Codepac), a obra foi executada respeitando as normas de preservação. A escola possui 1.110 metros quadrados em três blocos, com setor administrativo, refeitório, sete salas de aula, climatização, acessibilidade, sistema contra incêndio, monitoramento 24 horas e área externa com playground.

O prefeito Helinho Zanatta ressaltou o valor da iniciativa. "Recuperar esse patrimônio e devolvê-lo à população como um espaço de educação é investir no futuro das crianças e também preservar a identidade do bairro", afirmou.

Ex-alunos retornam

A reabertura também promoveu um reencontro emocionante. Sérgio Nunes, de 71 anos, Benedito Domingues, de 70, e Dirceu Baltieri, de 71, voltaram ao prédio onde estudaram na infância. "É uma satisfação imensa voltar a uma escola onde estudei há mais de 60 anos e vê-la restaurada. A estrutura está muito próxima da original, o que traz ótimas recordações e resgata a história de Artemis", disse Nunes.

Com os olhos marejados, Baltieri completou: "É uma emoção muito grande, porque a gente volta no tempo. É um presente não apenas para os alunos, mas para toda a comunidade de Artemis."

CORREIO PAULISTA

Divulgação/Governo de SP



Trabalhadores da construção civil serão impactados

Piso salarial paulista sobe para R\$ 1.874,36, alta de 46%

O governador Tarcísio de Freitas sancionou na quinta-feira (28) a lei que reajusta o piso salarial paulista para R\$ 1.874,36. O novo valor representa aumento nominal de 46% em relação aos R\$ 1.284 pagos em 2022. A medida entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da publicação da nova lei. Com a mudança, o piso estadual ficará 15,6% acima do salário mínimo nacional, atualmente em R\$ 1.621. Segundo informações, o reajuste supera a inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período. O piso paulista é destinado a categorias sem salário profissional definido em lei federal ou acordo coletivo, como trabalhadores domésticos, cuidadores de idosos, garçons, motoboys, operadores de telemarketing, serventes e pintores.

Nova fase mira fraudes nos combustíveis

As forças de segurança de São Paulo e órgãos federais deflagraram na quinta-feira (28) a fase “Fluxo Oculto” da Operação Carbono Oculto, que investiga esquema criminoso no setor de combustíveis. Foram expedidos 42 mandados de busca e apreensão em várias regiões do estado. A ação apura adulteração de combustíveis, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Mais de 170 policiais militares e 38 auditores fiscais participam da operação.

Divulgação/Governo de SP



Proposta pode beneficiar cerca de 6 milhões de pessoas

SP amplia consulta do saneamento

O Governo de São Paulo prorrogou por 15 dias a consulta pública do programa UniversalizaSP, voltado à ampliação do saneamento em 146 municípios paulistas. Com a medida, contribuições poderão ser enviadas até 12 de junho. O projeto prevê investimentos de R\$ 29 bilhões até 2033 e mais de R\$ 100 bilhões até 2060 em obras e operações. Segundo o Estado, a proposta pode beneficiar cerca de 6 milhões de pessoas com ampliação do acesso à água tratada e esgoto. A consulta inclui documentos sobre contratos, edital e plano regional.

Estado reforça ações contra greening

O Governo de São Paulo publicou resolução que atualiza medidas de prevenção e controle do greening, principal doença da citricultura. A norma intensifica o monitoramento do psilídio, inseto transmissor da praga, orienta municípios conforme o nível de incidência e flexibiliza a erradicação de plantas doentes em áreas mais afetadas. Também foram definidas novas regras para o transporte interestadual de frutas.

Debates na Alesp

Deputados da Assembleia Legislativa debateram, na 69ª Sessão Ordinária de 2026, temas ligados à segurança pública, combate ao feminicídio e manutenção de delegacias. Também foram discutidos falta de policiais, crime organizado, fim da escala 6 por 1, renda básica universal e a demolição do Presídio do Hipódromo.

Ração solidária

Projeto do deputado Ricardo França prevê incentivo fiscal para empresas que doarem ração a entidades de proteção animal em São Paulo. A proposta autoriza isenção de ICMS sobre produtos destinados a cães e gatos acolhidos. Segundo o parlamentar, a medida busca garantir regularidade no fornecimento de alimentos.

Projetos avançam

A Comissão de Constituição e Justiça da Alesp aprovou 71 projetos na quarta-feira (27). Entre as propostas que avançaram estão medidas sobre prevenção de quedas em idosos, instalação de válvulas em hidrômetros, apoio a mães atípicas, auxílio aluguel para pessoas LGBTI+ e vacinação gratuita de cães e gatos no estado paulista.

Combate ao assédio

O Tribunal de Justiça de São Paulo lançou o programa “Daps Itinerante”, que levará ações presenciais a fóruns do estado para prevenir assédio moral, sexual e discriminação. A iniciativa prevê palestras, rodas de conversa e capacitação para servidores e magistrados, ampliando o acesso a orientações e canais de apoio do Judiciário paulista.

Mudanças no seguro

A Escola Paulista da Magistratura promoverá, na próxima quarta-feira (3), palestra sobre as mudanças da Lei nº 15.040/24 relacionadas ao contrato de seguro. O evento será híbrido, com participação gratuita de profissionais do Direito e servidores do TJ-SP. As inscrições seguem abertas até 1º de junho, com vagas presenciais e online.

Lista ao TJ-SP

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo definiu, na quarta-feira (27), a lista tríplice para o cargo de desembargador pelo Quinto Constitucional do Ministério Público. Foram escolhidos Wallace Paiva Martins Júnior, Marco Antonio Marcondes Pereira e Ricardo de Barros Leonel. A relação será encaminhada ao governador.



Mercado de datacenters deve receber cerca de US\$ 3 trilhões

FecomercioSP reforça apoio ao Redata em Brasília

Entidade participa de articulação para acelerar investimentos

Por Redação

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) ampliou a atuação em defesa da aprovação do Projeto de Lei 278/2026, conhecido como Redata, durante mobilização realizada em Brasília em torno da agenda de transformação digital do País. A entidade participou do almoço-debate “Redata pelo Futuro Digital do Brasil”, encontro que reuniu parlamentares, representantes do governo federal, especialistas e lideranças empresariais para discutir medidas voltadas à ampliação de investimentos em datacenters, Inteligência Artificial (IA) e infraestrutura tecnológica.

A FecomercioSP integra a articulação liderada pela Coalizão das Frentes Produtivas, que reúne mais de 30 entidades empresariais e diferentes frentes parlamentares em defesa da modernização do ambiente regulatório brasileiro. O grupo pressiona o Senado Federal a votar o PL 278/2026, considerado estratégico para ampliar a competitividade nacional no setor digital.

Segundo o manifesto apresentado pelas entidades, o mercado global de datacenters deve receber cerca de US\$ 3 trilhões em investimentos nos próximos anos. A estimativa é que o Brasil possa atrair entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões em até quatro anos, caso sejam criadas condições regulatórias e tributárias consideradas favoráveis à instalação de novos empreendi-

mentos tecnológicos. Os defensores do projeto afirmam que a expansão da infraestrutura digital pode gerar empregos, fortalecer cadeias produtivas ligadas à tecnologia e ampliar a capacidade nacional de processamento de dados, além de acelerar o desenvolvimento da Inteligência Artificial no País. Durante o encontro, o presidente em exercício da FecomercioSP, Ivo Dall’Acqua Júnior, destacou que a discussão representa uma mudança de posicionamento do Brasil diante da economia digital internacional. Segundo ele, o País precisa ampliar a abertura ao mercado global para atrair investimentos e consolidar o protagonismo na nova economia tecnológica.

O dirigente também afirmou que a mobilização já começa a apresentar resultados no Congresso Nacional e defendeu o avanço da proposta no Senado. Para Dall’Acqua Júnior, o Redata representa um passo importante para a transformação digital brasileira e reflete um consenso entre setores econômicos e parte da sociedade.

O deputado Júlio Lopes (PP-RJ), presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, afirmou que investidores internacionais acompanham a tramitação do projeto e aguardam a definição sobre a proposta para anunciar novos aportes no Brasil.

O debate também destacou que países da América Latina avançam na disputa por investimentos em infraestrutura digital, enquanto o Brasil ainda enfrenta entraves.

Alesp homenageia ADVB pelos 70 anos de atuação nacional

Entidade destacou avanços do setor de vendas e marketing durante solenidade

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo realizou nesta quinta-feira (29) uma solenidade em homenagem aos 70 anos da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB). O evento reuniu parlamentares, representantes do setor empresarial, dirigentes da entidade e profissionais ligados às áreas de vendas, comunicação e marketing, para destacar a trajetória da instituição e sua contribuição ao desenvolvimento econômico do país.

Durante a cerimônia, foram entregues certificados de reconhecimento a integrantes da diretoria e do conselho da associação, além de empresários, executivos e personalidades que colaboraram para o fortalecimento da ADVB ao longo das últimas décadas. A homenagem destacou a atuação da entidade na promoção do networking empresarial, da qualificação profissional e da valorização de iniciativas inovadoras no mercado brasileiro.

Autor da homenagem, o deputado estadual Lucas Bove (PL) afirmou que o setor de vendas e marketing tem desempenhado papel importante no fortalecimento do turismo paulista. Segundo ele, campanhas de divulgação e estratégias comerciais contribuíram para ampliar a visibilidade de roteiros ligados ao vinho, ao café e à cachaça em diferentes regiões do estado.

O presidente da ADVB, Lívio Giosa, afirmou que a celebração dos 70 anos também representa



Olivia Rueda/Alesp

O evento reuniu parlamentares, representantes do setor empresarial e dirigentes da ADVB

um momento de reflexão sobre os desafios futuros da entidade e das atividades ligadas ao marketing e às vendas. De acordo com ele, a transformação digital alterou a dinâmica das empresas e ampliou a importância estratégica dos profissionais da área nos processos de tomada de decisão.

Giosa destacou ainda que o avanço da inteligência artificial e o uso de dados em tempo real pas-

saram a influenciar diretamente as estratégias corporativas. Segundo ele, os dirigentes de marketing deixaram de ocupar apenas funções operacionais e passaram a integrar os espaços centrais de definição das políticas empresariais.

O vice-presidente do Conselho da ADVB, Marcelo Rozenberg, ressaltou que o setor passou por mudanças significativas desde a criação da entidade, em 1956. Ele observou

que o processo de vendas incorporou temas como responsabilidade social, sustentabilidade e comércio eletrônico, acompanhando as transformações tecnológicas e o comportamento do consumidor.

Rozenberg também afirmou que a ampliação das atividades de capacitação e dos encontros de relacionamento contribuiu para consolidar a presença da associação no meio empresarial. Segundo ele,

a atuação conjunta com entidades nacionais e regionais fortaleceu iniciativas voltadas à inovação e ao intercâmbio de experiências entre empresas e profissionais.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho de São Paulo, Rodrigo Goulart, disse que a capital paulista tem atraído empresas de diferentes estados, especialmente dos setores de tecnologia e inovação. De acordo com ele, medidas adotadas pelo poder público, como redução de impostos e estímulo à abertura de novos negócios, têm favorecido o crescimento das atividades ligadas ao marketing e às vendas.

Também participaram da solenidade o presidente da Fundação Brasileira de Marketing, Claudio Conz, os vice-presidentes estatutários da ADVB Valéria Bueno e Pedro Luís Dias, além de conselheiros, coordenadores, empresários e representantes do setor.

Fundada em 1956, em um período marcado pela urbanização e industrialização do país, a ADVB surgiu com o objetivo de fortalecer o desenvolvimento das áreas de vendas e marketing no ambiente empresarial brasileiro. Ao longo de sete décadas, a entidade promoveu cursos, palestras, seminários e fóruns de debate voltados à qualificação profissional e ao incentivo de boas práticas no mercado.

A associação também se tornou conhecida pela criação de premiações voltadas ao reconhecimento de profissionais e empresas.

Governo estadual abre seleção para professores

Divulgação/Governo de SP

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo abriu inscrições para o processo seletivo simplificado destinado à formação de cadastro reserva de professores temporários da rede estadual para o ano letivo de 2027. As oportunidades são voltadas a docentes dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. As provas estão previstas para o segundo semestre deste ano.

As inscrições podem ser realizadas até 18 de junho no site da Fundação Getúlio Vargas (FGV), organizadora da seleção. A taxa de participação foi fixada em R\$ 60. No momento do cadastro, os candidatos devem escolher uma das 91 Unidades Regionais de Ensino para fins de classificação, embora possam optar por realizar a prova em outra cidade.

Para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental, os candidatos devem possuir diploma de

curso normal superior, licenciatura em Pedagogia, habilitação específica para o magistério, licenciatura em educação do campo ou formação pedagógica superior. Já para as disciplinas dos anos finais do Fundamental e do Ensino Médio, será exigida licenciatura plena compatível com o componente curricular oferecido na rede estadual paulista.

O processo seletivo será dividido em três etapas: prova objetiva, prova prática e avaliação de títulos. A prova objetiva terá caráter eliminatório e classificatório, com 40 questões de múltipla escolha. Desse total, dez perguntas abordarão conhecimentos gerais e didático-pedagógicos, enquanto as demais tratarão de conteúdos específicos. Cada questão valerá um ponto e os candidatos precisarão acertar ao menos oito itens para avançar.

A aplicação ocorrerá em dois períodos. As provas da manhã serão realizadas das 9h às 12h, enquanto

as avaliações da tarde ocorrerão das 15h às 18h, conforme a disciplina ou ciclo escolhido pelo participante. A etapa prática consistirá no envio de uma videoaula entre cinco e sete minutos, em que o candidato deverá simular uma atividade em sala de aula. A banca irá analisar clareza da explicação, organização do conteúdo, uso de exemplos e capacidade de antecipar dúvidas dos estudantes. Quem não encaminhar o vídeo ou obtiver nota zero será eliminado.

A avaliação de títulos terá apenas caráter classificatório e considerará cursos de mestrado e doutorado concluídos nas áreas de educação ou da disciplina escolhida. A pontuação máxima será de dez pontos.

Os aprovados poderão atuar em escolas de tempo parcial, com carga mínima de 25 horas semanais, ou no Programa Escola Integral, que prevê dedicação de 40 horas.



O prazo de inscrição segue até 18 de junho no site da fundação

CORREIO PAULISTANO

Ton Rodrigues / REDE CÂMARA SP



Reunião foi comandada pela vereadora Edir Sales (PSD)

Comissão aprova projetos sobre celulares nas escolas

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de São Paulo aprovou nesta quarta-feira (27) o andamento de projetos relacionados ao uso de celulares nas escolas da capital. As propostas discutidas pelos vereadores tratam de regras para utilização de aparelhos eletrônicos no ambiente escolar, tema que ganhou destaque após o aumento das discussões sobre os impactos dos dispositivos no aprendizado, na concentração dos alunos e na convivência dentro das unidades de ensino. Os parlamentares analisaram medidas que buscam estabelecer critérios para o uso dos celulares durante as atividades escolares, além de iniciativas voltadas à organização do ambiente pedagógico nas redes pública e privada.

Transparência e a prestação de contas

Durante a reunião na Câmara Municipal, a comissão também debateu projetos ligados à transparência e à prestação de contas da administração pública. As propostas apresentadas pelos vereadores tratam de mecanismos de fiscalização e acompanhamento de ações do poder público municipal. Os textos aprovados seguem agora para análise de outras comissões da Câmara antes de serem encaminhados para votação em plenário.

Reprodução/Magnifico



Imagem dos Emirados Árabes Unidos, foco do evento

Evento debate investimentos em Dubai

São Paulo recebe no próximo dia 30 o evento “Dubai para Investidores”, encontro voltado a empresários e investidores interessados no mercado imobiliário dos Emirados Árabes Unidos. A programação será conduzida pela consultora Carla Pereira, brasileira radicada em Dubai e atuante no setor imobiliário residencial da cidade. O evento terá foco em temas ligados ao mercado imobiliário local, incluindo regras de aquisição de imóveis, possibilidades de rentabilidade, proteção patrimonial, segurança jurídica e obtenção do Golden Visa.

Mercado estratégico para investidores

A proposta é apresentar ao público brasileiro as características do ambiente de negócios em Dubai e os fatores que impulsionam a expansão econômica da cidade. Entre os assuntos previstos estão projetos de infraestrutura, além de planos urbanos de longo prazo, como a agenda D33 e o Dubai 2040. Segundo Carla, Dubai se consolidou como um mercado estratégico para investidores.

Contas da Saúde I

A Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher discutiu em Audiência Pública, nesta quarta-feira (27), o relatório com a prestação de contas das ações e da execução orçamentária da Secretaria Municipal da Saúde referente ao período entre janeiro e abril de 2026. O debate atende à Lei.

Contas da Saúde II

A norma determina a apresentação dos valores mínimos a serem aplicados anualmente pelos poderes públicos em ações e serviços de saúde. A Secretaria Municipal da Saúde tem um orçamento de R\$ 24,1 bilhões. Os recursos são para proteção e reabilitação da população, custeando o trabalho do SUS da capital.

Contas da Saúde III

Moradores da capital paulista se inscreveram para falar. Tarcísio de Faria, conselheiro da Supervisão Técnica de Saúde Sé, questionou o fechamento do Hospital Municipal Bela Vista. A unidade hospitalar encerrou as atividades após fiscalização conjunta do Cresp e do MPSP por irregularidades técnicas no local.

CCJ da Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara de SP aprovou o parecer de legalidade de um projeto relacionado ao uso e ocupação do solo na capital. A proposta segue agora para análise das demais comissões da Casa antes de ir ao plenário. O texto trata de regras urbanísticas e pode impactar parâmetros de zoneamento e ocupação.

Bruno Edson I

O artista circense Bruno Edson recebeu o Título de Cidadão Paulistano em sessão solene realizada na Câmara Municipal de São Paulo. A homenagem é concedida a pessoas nascidas fora da capital paulista que tenham atuação de destaque na cidade. É uma das principais honrarias entregues pelo Legislativo.

Bruno Edson II

Durante a cerimônia, foram ressaltadas a trajetória de Bruno Edson no universo do circo e o entretenimento em São Paulo. O artista participou do evento ao lado de convidados, familiares e representantes do setor cultural. A homenagem relembra histórias inspiradoras de pessoas que adotaram SP para viver.



Projeto é de autoria do vereador João Ananias (PT)

Frente Parlamentar pelo Esporte e Lazer

Colegiado da Câmara de SP aprovou parecer sobre proposta

Da Redação

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo aprovou parecer favorável ao Projeto de Resolução 44/2023, que prevê a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Esporte e do Lazer na capital paulista. A proposta foi discutida durante reunião ordinária do colegiado realizada nesta quarta-feira (27), no Legislativo municipal.

O projeto é de autoria do vereador João Ananias (PT) e tem como objetivo reunir parlamentares interessados em debater políticas públicas relacionadas ao esporte e às atividades de lazer na cidade. Segundo o texto, a frente parlamentar deverá promover estudos, audiências públicas, encontros técnicos e debates voltados ao desenvolvimento de ações para o setor.

De acordo com o parecer aprovado pela comissão, a iniciativa busca ampliar a discussão sobre o acesso da população a equipamentos esportivos, programas de incentivo à prática esportiva e atividades de lazer em diferentes regiões do município. A proposta também menciona a importância do esporte como ferramenta de inclusão social, promoção da saúde e desenvolvimento comunitário.

As frentes parlamentares são grupos suprapartidários criados dentro do Legislativo para acompanhar temas específicos consi-

derados de interesse público. Elas não possuem poder deliberativo, mas funcionam como espaços de articulação política e debate entre vereadores, representantes da sociedade civil, especialistas e integrantes do poder público.

Durante a reunião, os parlamentares também analisaram outros projetos ligados às áreas de educação, cultura, esporte e cidadania. Ao todo, 18 propostas legislativas estiveram na pauta do colegiado. Entre os temas debatidos estavam projetos de denominação de espaços públicos, homenagens, inclusão de datas e eventos no calendário oficial da cidade e iniciativas voltadas à promoção de atividades culturais e esportivas.

Após a aprovação do parecer na Comissão de Educação, Cultura e Esportes, o projeto da frente parlamentar ainda deverá seguir a tramitação prevista no regimento interno da Câmara Municipal. Dependendo do conteúdo e das exigências regimentais, a proposta poderá passar por outras comissões antes de ser submetida à análise do plenário.

A Comissão de Educação, Cultura e Esportes é responsável por avaliar matérias relacionadas ao sistema municipal de ensino, políticas culturais, práticas esportivas e ações de lazer promovidas na cidade de São Paulo. O colegiado também acompanha projetos voltados à ampliação do acesso da população a atividades educacionais, culturais e recreativas.

CORREIO GRANDE SP

Divulgação/Prefeitura de Guarulhos



Informações foram passadas em audiência pública

Prestações de contas na área da Saúde em Guarulhos

A Câmara de Guarulhos apresentou os dados orçamentários da Secretaria da Saúde em audiência pública. A reunião foi presidida pelo parlamentar Gilvan Passos e contou com a presença do secretário Márcio Chaves Pires. O total de despesas liquidadas no primeiro quadrimestre deste ano foi de R\$ 394 milhões, equivalente a 18,94% de aplicação em ações de saúde, valor superior ao percentual mínimo constitucional. De acordo com o secretário, o orçamento anual da pasta foi atualizado para R\$ 1,6 bilhão. A maior parte do orçamento da Saúde vem de recursos do tesouro municipal, que representam 70,32% do montante, seguido por 24,77% de transferências federais e 4,91% de transferências estaduais.

Estrutura da rede de saúde

Márcio Chaves disse que 163 estabelecimentos de saúde prestam serviços ao SUS no município. Durante a apresentação, o secretário também detalhou dados sobre áreas como atenção materno-infantil, doenças crônicas, atendimento à pessoa com deficiência, saúde mental, urgência e emergência, atenção hospitalar, atenção primária, especializada e vigilância em saúde. Ao todo, a Secretaria da Saúde conta com 12.859 colaboradores.

Divulgação/Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo



A cidade teve a terceira melhor pontuação do país

Programa seleciona São Bernardo

São Bernardo está entre os 21 municípios do país que foram selecionados no programa “Cidades Mais Inteligentes”, do Ministério das Cidades e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A proposta cadastrada pela Prefeitura no edital atingiu a terceira melhor pontuação do Brasil. As cidades selecionadas terão assessoria técnica especializada para ajudar governos locais no planejamento e implementação de soluções tecnológicas, com foco na melhoria dos serviços públicos, inovação, inclusão digital e qualidade de vida da população.

Critérios avaliativos

As cidades foram avaliadas pela maturidade nas ações estruturantes associadas à agenda de transformação digital, como Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Programa de Governo Digital, aderência à Lei Geral de Proteção de Dados, política de gestão de dados e certificações reconhecidas em temas relacionados a cidades inteligentes, transformação digital urbana.

Contas da Saúde

A Secretaria de Saúde de Cotia realizará, nesta sexta-feira (29), uma audiência pública para apresentar o balanço do primeiro quadrimestre do Fundo Municipal de Saúde. O encontro, aberto ao público, será realizado no plenário da Câmara Municipal de Cotia e apresentará a prestação de contas do período.

Diadema I

Os registros de roubos e furtos de celulares apresentaram uma grande queda na área da Delegacia Seccional de Polícia de Diadema no primeiro quadrimestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 2025. Os dados mostram uma redução de 31,3% nos roubos de celulares e de 16,5% nos furtos.

Diadema II

Todos os Distritos Policiais da cidade registraram diminuição nos índices analisados. A maior queda foi registrada no 3º D.P., com redução de 48,5%, seguido pelo 4º D.P., que apresentou queda de 42,5%. O 2º D.P. teve diminuição de 31,4%, enquanto o 1º D.P. registrou redução de 17,7% no período.

São Caetano I

A Prefeitura de São Caetano, por meio da Secretaria de Cultura, publicou dois novos editais que fomentam a Cultura por meio da PNAB. O edital nº 013/2026 tem por objetivo apoiar projetos para elaboração e execução de obras e reformas em bens imóveis edificados de propriedade pública. As inscrições vão ficar disponíveis até o dia 8/6.

São Caetano II

O edital 014/2026 é destinado ao credenciamento de profissionais que querem atuar como palestrantes e formadores, para integrar o Ciclo Municipal de Formação em Políticas Culturais sob gestão da Secretaria de Cultura. Podem se inscrever, até dia 26/10, pessoas jurídicas e MEIs de qualquer estado.

Linha de ônibus

O Circular Luzitinha, criado para atender moradores do município de Santo André, transportou 30 mil passageiros em seu primeiro mês. A linha opera com micro-ônibus, adaptado para vielas e vias estreitas e funciona com tarifa zero, conectando moradores do Terminal Vila Luzita com outras linhas municipais



Prefeitura detalhou arrecadação, investimentos e despesas

Mogi das Cruzes apresenta balanço fiscal

Receitas da cidade atingem 32% do previsto para este ano

Da Redação

Mogi das Cruzes teve uma arrecadação de R\$ 850,7 milhões nos primeiros quatro meses de 2026. O valor corresponde a 32% do total previsto para o ano, estimado em R\$ 2,6 bilhões. Entre as principais fontes de arrecadação estão o IPTU (R\$ 133,2 milhões), ISS (R\$ 96,3 milhões) e as transferências de ICMS (R\$ 147,6 milhões), IPVA (R\$ 115,3 milhões) e Fundeb (R\$ 143,9 milhões). Os números foram apresentados na Câmara Municipal durante audiência pública.

Do total arrecadado com impostos e transferências no período, que somou R\$ 628,5 milhões, foram destinados R\$ 294,6 milhões para a educação e R\$ 271 milhões para a saúde.

No período analisado, as despesas com funcionalismo ficaram em 37,23% da Receita Corrente Líquida. Os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal são de 48,6% (alerta), 51,3% (prudencial) e 54% (máximo). A Dívida Consolidada fechou em R\$ 621 milhões, aproximadamente 27% da Receita Corrente Líquida dos últimos 12 meses.

“Fazemos um acompanhamento diário para manter o equilíbrio entre receitas e despesas, garantindo investimentos e conquistas como a nota A na avaliação da Capacidade de Pagamento (Capag), indicador da Secretaria do Tesouro Nacional.

No mês passado, tivemos esse reconhecimento que mede a saúde fiscal dos municípios”, destacou o secretário Robson Senziani

Autarquias

No primeiro quadrimestre do ano, a receita do Semae chegou a R\$ 105,499 milhões, valor que corresponde a 31,6% do previsto para todo o ano de 2026, estimado em R\$ 333,827 milhões. Os dados apresentados durante a audiência também mostram crescimento na arrecadação da autarquia. O montante arrecadado foi 4,5% maior ao registrado nos quatro primeiros meses de 2025.

Durante a prestação de contas, também foram apresentados os dados referentes aos números do Instituto de Previdência Municipal (Ipem). O diretor-superintendente do órgão, Luiz Fernando Prado de Miranda, explicou que, entre janeiro e abril deste ano, o instituto arrecadou R\$ 84,1 milhões, valor equivalente a 29% da receita prevista para 2026, que é estimada em R\$ 287,4 milhões.

As despesas empenhadas pelo instituto fecharam este primeiro quadrimestre em R\$ 72,9 milhões, o equivalente a 25% do total previsto para o ano. Os dados apresentados integram a prestação de contas do primeiro quadrimestre e servem para acompanhar a evolução das receitas, despesas e metas fiscais do município ao longo do ano.



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso



Instagram: @jornalistapaulocappelli

Flávio Bolsonaro entra na mira do TCU por uso de cota parlamentar; ex-deputado do PT é sorteado relator

Saulo Cruz/Agência Senado

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai apurar o uso de recursos da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar para deslocamentos do senador Flávio Bolsonaro (PL). O caso será relatado pelo ministro Odair Cunha, ex-deputado federal do PT que assumiu, no último dia 20 de maio, uma cadeira na Corte por indicação do partido do presidente Lula.

A representação foi protocolada no TCU após a revelação de que o Senado reembolsou despesas de viagem de Flávio Bolsonaro para São Paulo no período em que o senador se reuniu com Daniel Vercaro, ex-controlador do Banco Master, em tratativas sobre o filme Dark Horse, que conta a biografia de Jair Bolsonaro.

A Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar é destinada exclusivamente a gastos vinculados ao mandato e não pode ser utilizada para custear compromissos de natureza pessoal ou sem relação direta com a atividade parlamentar.

A apuração foi autuada como representação na unidade técnica do TCU. Segundo documento obtido pela coluna, o objeto do procedimento é a "utilização de recursos da Cota para o Exercício da



Senado reembolsou despesas de viagem de Flávio Bolsonaro a São Paulo no fim de 2025

Atividade Parlamentar dos Senadores (CEAPS) para custeio de deslocamentos do senador Flávio Bolsonaro".

Odair Cunha recebe a relatoria uma semana após tomar posse como ministro da Corte. A cerimônia contou com a presença de Lula, do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União), e do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), além de outras auto-

ridades. O ex-deputado ocupa a vaga deixada pelo ministro Aroldo Cedraz, aposentado.

Acordo com Hugo Motta

Indicado pela Câmara, Odair Cunha foi aprovado pelo Senado com 50 votos favoráveis e 8 contrários. Ele chega ao tribunal após um acordo político firmado durante as articulações para a eleição de Hugo Motta à presidência da Câmara dos De-

putados. Na ocasião, ficou definido que a vaga aberta no TCU seria destinada ao PT, que indicou Cunha para o cargo.

Logo após tomar posse, o ministro defendeu um modelo de controle baseado no diálogo, na orientação e na compreensão da realidade da administração pública. "O meu compromisso nesta Corte deve ser permanente: proteger o interesse público com rigor, responsabilidade e

independência. Mas proteger o interesse público significa também compreender a realidade da administração pública brasileira", afirmou.

Odair Cunha foi deputado federal pelo PT de Minas Gerais entre 2007 e 2023 e atuou como líder do partido na Câmara durante o governo Dilma Rousseff.

Até o momento, o TCU não divulgou quais deslocamentos estão sob análise, os valores envolvidos ou o período investigado. Também não há, até agora, decisão cautelar ou manifestação da defesa de Flávio Bolsonaro no processo.

Encontro com Vercaro

Dados do Portal da Transparência mostram que Flávio Bolsonaro recebeu R\$ 2,5 mil em ressarcimentos por passagens emitidas em 29 de novembro de 2025, um dia após Vercaro deixar a prisão.

Flávio confirmou ter visitado o banqueiro no fim de 2025, após a soltura do empresário, para tratar do encerramento das negociações envolvendo o financiamento da cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro. O senador afirmou que a viagem não envolveu benefício pessoal e negou uso irregular de recursos públicos.

Renan Santos afirma que assassinato em Salvador foi ação do Comando Vermelho

Divulgação

O pré-candidato à Presidência pelo Partido Missão, Renan Santos, afirmou que um assassinato registrado nesta segunda-feira (25/05) em uma comunidade de Salvador (BA) teria sido um "justiçamento" promovido pelo Comando Vermelho (CV). A declaração foi feita durante visita ao local horas após o crime.

Renan afirmou que a execução com mais de 100 tiros teria sido promovida pela facção criminosa contra um homem acusado de cometer roubos na região. Segundo ele, o episódio demonstra o grau de domínio territorial

exercido pelo crime organizado em partes da capital baiana.

"Eu estou aqui exatamente no local em que hoje aconteceu uma chacina aqui em Salvador. A chacina foi um justiçamento feito pelo Comando Vermelho", declarou.

Durante a gravação, o pré-candidato afirmou ter identificado a presença de olheiros da facção no local e disse estar ciente dos riscos envolvidos. "Eu sei que é muito perigoso o que eu estou fazendo. Atrás tem uns olheiros, eles estão vendo", afirmou.

Renan também defendeu ações de enfrentamento ao crime

organizado e afirmou que, se eleito, atuará junto às forças de segurança na retomada de áreas controladas por facções criminosas.

"Nós chegaremos ao poder e faremos com o Comando Vermelho o que o Comando Vermelho faz com as pessoas. Eu estarei presente com as forças de segurança retomando as áreas que hoje pertencem ao crime organizado", declarou.

Renan se referiu a um assassinato ocorrido na localidade conhecida como Vila Dois Irmãos, em Salvador. Segundo informações, a vítima estaria praticando assaltos contra mulheres na região.



Renan Santos é pré-candidato do Missão à Presidência

CORREIO POLÍTICO

Thiago Cristino/Câmara dos Deputados

POR
RUDOLFO LAGO

Heloísa detona: “Cínico jogo ensaiado”

Heloísa Helena denuncia “jogo de cena” em torno do Master

Uma das autoras de um dos pedidos de CPMI do caso Master que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) guarda com o máximo de cuidado debaixo da sua cadeira, a deputada Heloísa Helena (Rede-RJ) criticou duramente para o Correio Político o que, na sua avaliação, não passa de “jogo de cena”. Na semana passada, quando Alcolumbre, em sessão do Congresso, disse que não iria pautar a instalação da CPMI, suscitou um debate no qual se atacaram o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), um acusando o outro de envolvimento na crise do banco e cada um manifestando-se a favor da investigação. Para Heloísa Helena, pura encenação.

“Cínico jogo ensaiado”

“Sinceramente, sinto desprezo pelo cínico jogo ensaiado”, disse Heloísa Helena. “Bilhões usurpados de aposentadorias e pensionistas, outros mais de bancos públicos no Fundo Garantidor de Crédito [FGC], impacto gigantesco nos orçamentos estaduais e municipais para tampar o roubo, que no final será pago pelos mais pobres”, continua. Para a deputada, haveria no ato de Alcolumbre de sentar em cima da CPMI uma encenação.

Governo da Bahia



Professores da Bahia na origem dos créditos falsos

Flávio não teria como explicar

Alcolumbre não pauta, porque interessa a ele que a investigação não avance, e governo e oposição fazem seus discursos porque sabem da mesma forma que não vai avançar. Começando por Flávio Bolsonaro, tudo o que ele disse até agora mostra que ele não teria a menor condição de ir a uma CPMI e ali esclarecer o que de fato aconteceu com o dinheiro que pediu a Vercaro. Ele fala de um “contrato com cláusula de confidencialidade”. Onde está o contrato? Não há mais sentido em manter confidencialidade. Primeiro, porque Vercaro não honrou o contrato.

Onde o dinheiro foi parar?

Segundo, porque o banqueiro está preso e constatada a origem ilegal do dinheiro. Do total de R\$ 134 milhões que pediu, Flávio teria recebido efetivamente R\$ 60 milhões. Se o senador tivesse de fato como mostrar que o dinheiro efetivamente foi para o financiamento de Dark Horse, a cinebiografia de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, já teria apresentado essas planilhas.

Governo

Se, assim, Flávio nada ganharia sentando-se na cadeira de uma CPMI, também nada ganharia o governo. Primeiro, porque nunca interessa a um governo uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Ela é um instrumento da minoria, e é por isso que pode ser instalada com um número número menor de apoio.

Credicesta

Mas o governo também teria o que explicar. E o PT. Começando pelo fato de ser o Credicesta a origem da maior parte dos consignados falsos que engordaram a carteira que o Banco Master vendeu para o BRB. O Credicesta pertencia ao governo da Bahia, do PT, que o vendeu a Augusto Lima, sócio de Vercaro.

Folha

Poderá o PT e o governo da Bahia dizer que não sabia das intenções do Master de usar o Credicesta para fraudes. Mesmo assim, poderá ter problemas para explicar algumas coisas numa CPMI. Por exemplo: como se teve acesso aos dados dos professores da Bahia que tiveram em seus nomes os créditos?

Desconto

Como era possível haver consignados falsos em nome dos professores da rede pública de ensino da Bahia sem o devido desconto do tal empréstimo todo mês na conta desses professores, se é assim que funciona um crédito consignado? Quem fazia vista grossa? Como se dava? O governo da Bahia teria como explicar isso numa CPMI?

Contratos

Figuras ligadas ao PT e ao governo podem mesmo com tranquilidade explicar suas relações? O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e o ex-ministro da Justiça Ricardo Lewandowski explicam tranquilos os contratos que tinham com o Master? E, então, Alcolumbre, com relação ao fundo do Amapá?

Espera

Assim, enquanto espera uma definição quanto à CPMI que pediu juntamente com a deputada Fernanda Melchiona (Psol-RS), Heloísa Helena desconfia das cobranças quanto à investigação. Nem governo. Nem oposição. Nem Centrão. Nem Legislativo. Nem Judiciário. É a impressionante rede de proteção do Master.



Meio/Ideia mediu impactos da queda de Flávio

Flávio perde eleitores onde não podia perder

Queda entre jovens, mais ricos e centro-direita

Por Beatriz Cicci

O senador e pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL-RJ) perdeu eleitores entre os jovens, os que ganham mais de cinco salários mínimos e os que se declaram de centro-direita. É o que mostra a pesquisa Meio/Ideia divulgada nesta quinta-feira. (28) A pesquisa é mais uma a mostrar declínio de Flávio após a divulgação do áudio no qual ele pede dinheiro a Daniel Vercaro, do banco Master.

A Meio/Ideia, no entanto, detalha em que segmentos Flávio está perdendo apoio. E essa não é uma boa notícia para ele. Flávio teve uma queda de quase 15 pontos percentuais entre os eleitores de 16 a 24 anos, de 55.2% para 39.5%. Em contrapartida, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) viu um aumento de 18 pontos nesse segmento, de 30% para 48%.

O professor de Políticas Públicas do Ibmec Brasília, Eduardo Galvão, aponta que essa migração de votos da juventude para Lula se deve ao desgaste da imagem de Flávio e à comparação de horizonte de futuro. Após a divulgação de áudios trocados entre Flávio e o banqueiro Daniel Vercaro sobre um pagamento de R\$134 milhões em financiamento para o filme biográfico do ex-presidente Jair Bolsonaro, criou-se uma percepção de contradição entre discursos de anticorrupção e a prática, disse Galvão.

Essa incoerência é fundamental ao analisar as intenções de votos da juventude, que é um grupo mais sensível questões ligadas à reputação. Em paralelo, ao escolher seus candidatos, os jovens se preocupam mais com a sua capacidade de impulsionar empregos, educação e estabilidade financeira nos próximos anos. Sendo assim, Galvão afirma que “o fato de Lula ter avaliação de governo e de economia em patamar competitivo reduz o risco percebido de apoiá-lo em 2026”.

Entre a população de maior renda, Flávio perdeu quase 20 pontos percentuais – caindo de 60.4% para 41.5%. Para o cientista político e professor na Universidade Federal do Piauí, Vitor Sandes, pesou nesse segmento também o peso reputacional.

Já entre os eleitores de centro-direita, a intenção de voto em Flávio Bolsonaro caiu de 96.3% para 78.3% – 18 pontos –, enquanto Lula teve um aumento de 15 pontos percentuais no mesmo grupo. “Esses eleitores costumam valorizar o ajuste macroeconômico, responsabilidade fiscal, previsibilidade institucional e menor conflito permanente entre Poderes.”

Assim, eleitores dos três segmentos parecem estar mudando as suas intenções eleitorais por um motivo similar: a preferência pela estabilidade acima de uma aposta em radicalização.

Após Flávio, Trump classifica PCC e CV como terroristas

Ao Correio, especialista explica impactos da medida, que passará a valer em junho

Instagram/@flaviobolsonaro

Por Gabriela Gallo

A partir da próxima sexta-feira, 5 de junho, os Estados Unidos (EUA) passarão a classificar as facções criminosas brasileiras Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas. O comunicado foi realizado na noite desta quinta-feira (28) pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio, um dia depois da reunião que ele teve com o candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, e dois dias depois do encontro que ele teve com o presidente Donald Trump.

O governo federal buscou evitar a troca da classificação para evitar uma possível intervenção dos EUA em solo brasileiro. E, em entrevista ao Correio da Manhã, a advogada especialista em direito internacional Hanna Gomes afirmou que, caso não haja alterações na decisão, a possibilidade de os Estados Unidos intervirem no Brasil caso se sintam ameaçados é concreta. Contudo, ela reiterou que o risco maior é de uma “intervenção indireta”, ou seja, “uma pressão econômica, financeira e diplomática crescente para que o Brasil adote determinadas políticas de segurança ou cooperação internacional”.

“O cenário mais provável não é uma intervenção militar clássica, mas uma ampliação de mecanismos de pressão internacional, financeira, migratória, policial e de estratégia de inteligência”, ela avaliou para a reportagem. “O Brasil não é um Estado falido, nem perdeu o controle institucional do território nacional e por isso uma ação militar americana unilateral é muito improvável. Nossas instituições são sólidas e isso diferencia completamente o Brasil de cenários utilizados pelos EUA em operações antiterrorismo em países em guerra ou com grave colapso institucional”, completou a advogada.

Impactos

Para a reportagem, a advogada ainda ressaltou que os Estados Unidos classificarem o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas “pode gerar efeitos econômicos, financeiros e diplomáticos” para o Brasil.

“O enquadramento pode ampliar sanções internacionais americanas que endurecem mecanismos de controle global, ainda mais no sistema econômico-financeiro brasileiro, que tem enlaces relevantes com a comunidade americana”, afirmou Hanna para a reporta-



Tomaz Silva/Agência Brasil

Flávio Bolsonaro encontrou-se com Rubio um dia antes do anúncio

Militares brasileiros em operação. Intervenção é risco real



gem.

No ponto de vista da população, os brasileiros “podem ser submetidos a um maior rigor na concessão de vistos no controle migratório”.

“O país também pode passar a conviver com uma ampliação da influência da Organização Americana de Inteligência e Segurança, sobretudo nas atividades financeiras, econômicas, de investimento e também no sistema de segurança pública. Além disso, a medida também cria uma atenção diplomática ao pressionar o Brasil a aderir uma concepção de terrorismo divergente da legislação brasileira, levando preocupações sobre a soberania brasileira, a interferência externa e possível impacto negativo na imagem do país no plano internacional”, ela detalhou.

Como ressaltou a advogada, os conceitos de terrorismo e orga-

nizações criminosas são diferentes na Constituição brasileira e na norte-americana. A Constituição do Brasil determina que organizações criminosas têm finalidade econômica e estrutura voltada ao lucro ilícito, enquanto terrorismo se refere a ataques movidos por motivação política, ideológica ou religiosa. Enquanto o Brasil separa a motivação do crime nesses dois termos diferentes, a legislação dos Estados Unidos tem uma visão mais ampla, com um escopo mais vasto focado na ameaça à segurança nacional.

Para além da sociedade civil e questões migratórias, a especialista em direito internacional ainda reiterou que a medida também afeta o setor produtivo e empresarial. “Na prática, bancos brasileiros podem sofrer maior pressão regulatória e restrições em operações internacionais, especialmente aquelas em do-

lar, que é a maioria da transação das commodities, bens jurídicos e dos investimentos brasileiros. Empresas aéreas, transportadoras, setores do comércio exterior também podem enfrentar uma fiscalização mais rígida e aumentar custos operacionais ou até mesmo enfrentar sanções”, informou Hanna.

Comunicado

O comunicado de Rubio, em nota à imprensa no site do Departamento de Estados dos EUA, foi realizado dois dias após o encontro entre o senador e pré-candidato à Presidência do Brasil, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), com o presidente dos Estados Unidos (EUA) Donald Trump (Republicano). Após o encontro entre as autoridades nesta terça-feira (26), na quarta-feira (27), Flávio também se encontrou com Marco Rubio e o vice-presidente dos EUA, JD Vance.

O Departamento de Estado norte-americano justifica a mudança, alegando que “o CV e o PCC são duas das organizações criminosas mais violentas no Brasil”.

“Juntos, eles comandam milhares de membros e têm orquestrado ataques brutais contra policiais brasileiros, agentes públicos, e civis. Suas influências e extensas redes ilícitas vão para além das fronteiras do Brasil, atravessando nossa região e por todo o nosso país [EUA]”, detalhou a nota.

Por meio de suas redes sociais, o senador Flávio Bolsonaro comemorou a decisão. “Essa luta é de todos nós. Vamos dar um basta nesses grupos! O Brasil merece ter paz! O Brasil tem futuro!”, escreveu.

“Um governo que não tem controle do seu próprio território, que não controla nem as cadeias, é porque é conivente com o crime organizado”, acusou o parlamentar.

Por outro lado, o líder do governo na Câmara, deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), destacou que a medida trará consequências negativas ao Brasil.

“CV e PCC estão sendo combatidos pelo governo do presidente Lula, estamos pegando o andar de cima do crime organizado, com operações da PF e Receita que estão asfixiando financeiramente essas organizações. Eduardo e Flávio são irresponsáveis e não querem combater o crime organizado. Eles querem nos vulnerabilizar e abrir espaço para intervenção militar dos EUA no Brasil, querem fazer do Brasil colônia”, disse Lindbergh.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Agência Brasil

*Presidente decidiu comprar a briga*Sem apoio de empresários,
Lula apostou no fim da 6 X 1

O pragmatismo venceu o medo. A certeza de que não teria o apoio do empresariado na disputa eleitoral fez com que o governo decidisse embarcar de cabeça na aprovação da proposta de fim da escala de seis dias de trabalho por um de folga.

Na avaliação do Palácio do Planalto, mesmo que fizesse concessões importantes relacionadas ao projeto, o presidente Lula (PT) continuaria a ser preterido pelo mercado financeiro e por empresários da indústria, comércio e agricultura — todos afinados com propostas conservadoras, mesmo que representadas pelo bolsonarismo. Diante da constatação, o governo decidiu se empenhar para que a mudança fosse efetivada.

Sinuca para Flávio

Para petistas, a redução da jornada tem também potencial para criar outro constrangimento para o pré-candidato do PL, Flávio Bolsonaro (RJ).

A dúvida é saber se ele vai assumir o ônus de ser contra a proposta. Seu coordenador de campanha, senador Rogério Marinho (PL-RN) voltou a atacar a mudança, que chama de irresponsável. Vale lembrar: Jair Bolsonaro já foi contra o Bolsa Família; depois, mudou de ideia.

Lula Marques/Agência Brasil

*Segundo o líder do PL, decisão foi por acordo*

Cláudio sai, e abre disputa

A decisão do ex-governador Cláudio Castro de desistir de tentar autorização judicial para ser candidato ao Senado pelo Estado do Rio escancarou a briga no PL.

O senador Carlos Portinho, que seria o candidato natural à vaga, foi descartado no processo de formação da chapa majoritária e tentará se eleger deputado federal.

As apostas se concentram nos deputados federais Carlos Jordy e Sóstenes Cavalcante. A possibilidade de Flávio Bolsonaro impor a mãe, Rogéria Nantes diminuiu depois que surgiram suas conversas com Daniel Vorcaro.

Ironia

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) ironizou a desistência de Castro, formalizada em vídeo publicado em redes sociais: “Pergunta sincera: como chama candidato inelegível que desiste da candidatura?”, questionou.

Em março, um dia depois de renunciar ao governo, ele foi considerado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral, mas, mesmo assim, tinha mantido a candidatura.

Jogo de Vorcaro

O deputado estadual Luiz Paulo Côrrea da Rocha (PSD) disse à coluna que não sabia da tentativa de Vorcaro de tentar impedir o prosseguimento de suas denúncias, iniciadas em 2024, sobre compra de papéis do Master pelo Rioprevidência, fundo de aposentadoria pensões do Estado do Rio.

Kassab ignorou

Segundo reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, Vorcaro acionou um amigo para pressionar o presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab. Este negou que tenha tomado qualquer atitude, o que foi confirmado por Côrrea da Rocha. O deputado, agora, diz estar preocupado com o futuro do Rioprevidência.

Buraco

Segundo a Polícia Federal, o fundo investiu R\$ 3,7 bilhões em papéis do Master e em corretoras ligadas ao banco. “É muito dinheiro”, ressalta. Ele lembra que o Rioprevidência é mantido, principalmente, pelos royalties do petróleo. Se faltar grana, o tesouro estadual é obrigado a bancar os pagamentos.

Limites

No vídeo em que anunciou a desistência de tentar ser candidato, Castro deu a entender que atribuirá à direção do Rioprevidência a responsabilidade pelos investimentos. Disse que mostrará “até onde vão os limites da atuação do governador”. A PF revelou que ele recebeu favores de Vorcaro, como jantares e viagens.

Big stick

O PT não mais dúvidas: ao anunciar que passará considerar como terroristas o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho, o governo norte-americano entrou de vez na campanha eleitoral brasileira. Esta semana, Flávio Bolsonaro disse que pediria a Donald Trump para decretar a medida.

Isca

Surpreendido, o governo pretende investir no sentimento nacionalista para rebater a iniciativa do pré-candidato do PL. A medida da Casa Branca permite, no limite, o envio de soldados dos Estados Unidos no Brasil. O problema do Planalto é não morder a isca e parecer que defende organizações criminosas.

*Sóstenes parece favorito para substituir Castro*Sóstenes
ou Jordy: os
substitutos
de CastroDefinição será de Bolsonaro, e
pode acontecer nesta sexta-feira

Por Beatriz Matos

A desistência do ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro da disputa por uma vaga ao Senado provocou uma reviravolta no tabuleiro eleitoral fluminense e abriu uma nova disputa interna no Partido Liberal (PL). O anúncio foi feito nesta quinta-feira (28), por meio de um vídeo divulgado pelo ex-governador, que afirmou precisar concentrar esforços na própria defesa diante das investigações que enfrenta.

A decisão ocorre após o agravamento da situação jurídica de Castro. Em menos de duas semanas, ele foi alvo de duas operações da Polícia Federal (PF). A primeira, em 15 de maio, ocorreu no âmbito da Operação Sem Refino, que apura supostas fraudes fiscais envolvendo a Refit, antiga Refinaria de Manguinhos. Já nesta semana, o ex-governador voltou a ser alvo da PF durante a oitava fase da Operação Compliance Zero, que investiga crimes financeiros relacionados ao Banco Master.

Com a saída de Castro, a vaga que seria destinada a ele passou a ser disputada principalmente por dois nomes do PL: o líder do partido na Câmara, Sóstenes Cavalcante, e o deputado federal Carlos Jordy.

Apesar da movimentação dos dois parlamentares, a definição ainda não foi tomada. Segundo apurou o Correio da Manhã, o

senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) deve visitar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está em prisão domiciliar, nesta sexta-feira (29), quando os dois devem discutir quem ficará com a vaga aberta pela desistência de Cláudio Castro. A expectativa dentro do partido é que a decisão passe pelo aval de Bolsonaro antes de ser oficializada.

Nesta quarta-feira (27), Sóstenes conversou por telefone com Flávio Bolsonaro, que ainda estava nos Estados Unidos (EUA). Ao Correio da Manhã, o líder do PL afirmou que está à disposição da legenda para disputar o cargo que o partido considerar mais adequado. “Sou candidato e estou à disposição do partido”, resumiu.

Apesar de reconhecer que tem maior identificação com o trabalho legislativo na Câmara dos Deputados, Sóstenes evitou declarar preferência sobre qual cargo pretende disputar em 2026.

Nas conversas internas do partido, contudo, o nome de Sóstenes ganhou força. O parlamentar afirmou que tanto Jair Bolsonaro quanto o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, demonstram preferência por vê-lo na disputa pelo Senado.

O deputado também revelou que, antes de qualquer definição, ainda pretende consultar o pastor de sua igreja. Outro fator que pesa na discussão é o segmento evangélico.

JORNAL DO APOSENTADO

DA
REDAÇÃO

Rovena Rosa/Agência Brasil



Caso envolve equivalência salarial entre beneficiários

TST retoma ação de aposentados da Sabesp

A Segunda Turma do TST decidiu pela continuidade de uma ação movida por aposentados e pensionistas da Sabesp que discute a manutenção da equivalência salarial com funcionários da ativa após a criação de um novo plano de cargos e salários, implementado em 2002. O processo envolve aposentados e pensionistas que buscam manter a equiparação salarial após as mudanças promovidas pela companhia. A ação havia sido extinta nas instâncias anteriores por irregularidade. No entanto, a Segunda Turma do TST determinou o retorno do caso ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, permitindo a correção do problema e a continuidade da discussão sobre direitos previdenciários e salariais dos beneficiários.

Prazo para contestar descontos

O Governo Federal prorrogou o prazo para contestação de descontos associativos indevidos em benefícios do INSS. Agora, aposentados e pensionistas podem registrar a contestação até 20 de junho de 2026. O procedimento é etapa necessária para adesão ao acordo de ressarcimento e devolução de valores cobrados indevidamente. O serviço está disponível no aplicativo Meu INSS e nas agências dos Correios.

Divulgação/Magnific



Acordo encerrou ação relacionada a acidente de trabalho

Ressarcimento milionário ao INSS

A Advocacia-Geral da União (AGU) garantiu ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a restituição imediata de mais de R\$ 2,1 milhões após acordo que encerrou a ação regressiva relacionada a um acidente de trabalho ocorrido em 2022, em Curitiba. O caso envolveu um operário puxado pelo cilindro de um touro mecânico e foi solucionado após um ano. No processo, o INSS buscava o ressarcimento dos valores gastos com benefícios por incapacidade pagos ao trabalhador, considerando a projeção de pagamento até fevereiro de 2054.

Acordo encerra processo após um ano

A empresa reconheceu a dívida e quitou, à vista, R\$ 2,1 milhões em abril de 2026, encerrando o processo após um ano do ajuizamento. Segundo a procuradora, as ações possuem caráter preventivo e educativo, buscando incentivar a adoção de medidas de proteção à saúde e à integridade física dos trabalhadores, além de responsabilizar as empresas na prevenção de acidentes.

13º salário

O pagamento da segunda parcela do 13º salário para aposentados e pensionistas do INSS segue até o dia 8 de junho. Ao todo, mais de 35 milhões de benefícios serão pagos. Cerca de R\$39 bilhões serão transferidos nesta etapa e, ao todo, a antecipação representa uma injeção de R\$ 78 bilhões na economia.

Óbito I

A 4ª Vara Cível da Comarca de Santa Luzia, na região de Belo Horizonte, determinou a anulação imediata da certidão de óbito de um idoso que descobriu, por acaso, que constava como morto nos registros públicos. O aposentado teve documentos cancelados, entre eles, o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Óbito II

Foi declarada a nulidade do registro de óbito. Entre as medidas, estão a reativação do CPF e a retirada da anotação de falecimento em cadastros da Receita Federal, do INSS e do Instituto de Identificação da PCMG. Também foi determinado o restabelecimento dos direitos políticos e previdenciários do idoso.

STF sobre juízes

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu acabar com a aposentadoria compulsória remunerada como penalidade máxima imposta a juízes. Os ministros confirmaram a decisão e rejeitaram um recurso da Procuradoria-Geral da República (PGR). A medida vale para juízes e ministros de todos os tribunais, exceto do STF.

Maternidade I

As mulheres que possuem o direito ao salário-maternidade devem receber o benefício em até 30 dias após o pedido. O prazo está previsto em lei sancionada sem vetos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Lei estabelece que, caso o prazo não seja cumprido, o benefício será concedido automaticamente.

Maternidade II

O INSS leva cerca de 45 dias para pagar o salário-maternidade. Após a concessão automática, o órgão pode revisar o benefício e mantê-lo, suspender ou encerrar. O benefício é destinado a seguradas como domésticas, rurais, MEIs, avulsas e desempregadas, com duração de até 120 dias em casos de parto ou adoção.



Órgão reconhece que ainda há um volume elevado de pedidos

INSS bate recorde e concede 890 mil benefícios

Dados do governo mostram queda na fila da perícia médica

Da Redação

O INSS atingiu recorde de concessão de benefícios ao registrar 890 mil liberações em um único mês, segundo dados apresentados pelo Conselho Nacional de Previdência Social. O resultado inclui aposentadorias, pensões e auxílios, mostrando aumento no volume de análises concluídas em meio às medidas de reorganização dos fluxos internos do órgão.

De acordo com o governo, o desempenho é atribuído a um conjunto de ações voltadas à redução do tempo de resposta, incluindo a ampliação de mutirões de atendimento, reforço das equipes responsáveis pela análise de processos e maior uso de ferramentas digitais.

Entre os sistemas citados estão o Atestmed, que permite a análise documental de atestados médicos sem necessidade de perícia presencial em parte dos casos, e a perícia conectada, voltada à realização de atendimentos remotos.

Os dados também mostram que o crescimento no volume de concessões ocorreu em um cenário de reorganização da fila de pedidos. Em abril, o INSS já havia registrado 743 mil benefícios concedidos, indicando uma trajetória de alta no ritmo de análise. A gestão do órgão afirma que a combinação de medidas operacionais e tecnológicas tem contribuído para acelerar a conclusão de processos administrativos.

Outro indicador apresenta-

do é a redução no tempo médio de concessão, que caiu para cerca de 40 dias em abril. O prazo está menor em relação aos 51 dias registrados em março e aos 59 dias observados em fevereiro, sinalizando maior velocidade no processamento dos requerimentos. A redução de prazos é apontada pelo governo como um dos principais objetivos das mudanças em andamento.

Também houve avanço na diminuição da fila de perícia médica. Segundo os dados divulgados, o estoque de requerimentos nessa etapa caiu 44% no período recente, chegando a 615 mil solicitações em maio. O tempo médio de espera para realização da perícia foi reduzido para até 30 dias, com variações entre as diferentes regiões do país.

Apesar dos resultados, o órgão reconhece que ainda há um volume elevado de pedidos aguardando análise em todo o sistema previdenciário. A meta informada pelo governo é manter a redução gradual do estoque e consolidar a digitalização dos serviços, buscando maior previsibilidade nos prazos de concessão e atendimento aos segurados.

As medidas incluem também a contratação de novos profissionais e ajustes na gestão interna dos fluxos de análise, com foco na redistribuição de demandas entre as unidades e na priorização de casos mais antigos ou de maior urgência.

Vinicius Lummertz*

O problema brasileiro não é a falta de atores. É a falta de um excelente roteiro

O Brasil é um país curioso. Produz milhões de páginas para regulamentar e burocratizar o presente, mas não consegue produzir algumas centenas para organizar o futuro.

Há normas para tudo. Regulamentos para tudo. Carimbos, licenças, certidões, pareceres, autenticações e reconhecimentos de firma. Exigem-se documentos detalhados para abrir empresas, construir empreendimentos, contratar funcionários, obter crédito ou pagar impostos.

Mas, quando chega o momento de discutir o destino nacional, o rigor desaparece.

Talvez por isso nossa vida pública se pareça cada vez mais com uma novela. Discutimos personagens, acompanhamos conflitos, reagimos aos acontecimentos do capítulo da semana, mas raramente debatemos o enredo completo.

A China construiu um formidável projeto. Os Estados Unidos preservam e renovam continuamente sua estratégia. O Brasil administra capítulos.

Essa é uma observação desconfortável para uma das maiores democracias do mundo. Afinal, a democracia representativa não foi concebida como um concurso de popularidade. Em sua essência, é uma disputa entre plataformas, programas, prioridades e visões de futuro. O mandato nasce dos compromissos apresentados à sociedade e legitimados pelo voto.

Mas parece que desistimos de exigir isso.

As elites brasileiras não desistiram de seus setores, de suas regiões ou de suas agendas específicas. O que parece ter desaparecido é a disposição de pensar o Brasil como um projeto coletivo.

Os documentos produzidos pela indústria, pelo agronegócio, pelo turismo, pela educação ou pela infraestrutura são importantes. Mas representam partes. Um proje-

to nacional é algo diferente. Precisa integrar essas partes numa visão comum e responder perguntas maiores: onde o Brasil pretende estar em quinze ou vinte anos? Em quais áreas deseja liderar? Como pretende transformar suas vantagens em prosperidade, produtividade e influência internacional?

Poucos países enfrentaram essas perguntas com tanta disciplina quanto a China.

Os planos quinquenais chineses são frequentemente analisados apenas sob a ótica ideológica, quando talvez o aspecto mais relevante esteja em outro lugar: sua capacidade de coordenação. O plano nacional não termina em Pequim. Ele se transforma em planos provinciais, municipais, universitários e empresariais. Forma-se uma cascata de objetivos e responsabilidades que mobiliza governos locais, centros de pesquisa, parques tecnológicos e setores produtivos.

Quando a China decidiu liderar áreas como inteligência artificial, semicondutores, energia limpa e veículos elétricos, não anunciou apenas intenções. Organizou investimentos, infraestrutura, formação de talentos, pesquisa e financiamento.

Talvez a palavra mais adequada seja mutirão.

Um mutirão nacional de cidades, universidades, pesquisadores, empresas e governos locais trabalhando em torno de objetivos compartilhados. Foi essa capacidade de coordenação que ajudou a retirar cerca de 800 milhões de pessoas da pobreza e posicionou o país na fronteira de algumas das tecnologias mais sofisticadas do mundo.

Os Estados Unidos seguem um caminho institucional completamente diferente, mas não menos revelador. O Departamento de Estado, o Pentágono,

o Departamento de Energia e inúmeras outras instituições produzem regularmente estratégias para tecnologia, segurança, energia, infraestrutura, comércio e competitividade. Governos mudam. Presidentes passam. Mas a reflexão sobre os interesses permanentes da nação continua.

Não se trata de copiar a China ou os Estados Unidos.

Trata-se de compreender um princípio simples: países que sabem para onde querem ir costumam escrever isso antes.

Paradoxalmente, as democracias precisam ainda mais dessa capacidade. A alternância de poder é uma de suas maiores virtudes. Mas mandatos são curtos e a construção de uma nação é longa. Educação, saúde, infraestrutura, ciência, produtividade e inovação não obedecem ao calendário eleitoral. Sem referências estratégicas minimamente compartilhadas, cada governo corre o risco de reiniciar discussões que deveriam estar mais avançadas.

O Brasil já produziu experiências que apontavam nessa direção. O documento Ponte para o Futuro, apresentado durante o governo de Michel Temer, não era um projeto nacional completo, mas uma agenda estruturada de reformas. Concorrendo-se ou não com suas propostas, havia ali um diagnóstico, prioridades e compromissos explícitos. Uma ponte, porém, existe para conduzir a algum lugar. A questão que permaneceu em aberto foi qual seria a estrada seguinte.

Por isso chama atenção a escassez de iniciativas voltadas à formulação de projetos nacionais abrangentes. Há exceções respeitáveis, como o esforço persistente do embaixador Rubens Barbosa em produzir e difundir propostas estratégicas para o país. Mas a relevância de sua iniciativa revela também a dimensão do vazio.

E há uma circunstância que torna essa reflexão ainda mais atual.

O Brasil se aproxima de mais uma eleição presidencial. Este deveria ser o momento em que a sociedade estivesse comparando projetos de país, estratégias de desenvolvimento e compromissos para as próximas décadas.

Mas quem realmente espera isso?

Quem acredita que os próximos meses serão marcados pela apresentação de planos detalhados para o país?

Mais importante: quem está cobrando isso?

Exigimos redação de quem deseja ingressar na universidade. Exigimos provas discursivas para carreiras públicas. Exigimos projetos de quem busca crédito bancário ou investidores.

Mas deixamos de exigir um verdadeiro concurso de redação nacional daqueles que pretendem governar o Brasil.

Talvez o aspecto mais preocupante não seja a ausência dos planos.

Talvez seja a naturalidade com que passamos a conviver com essa ausência.

A China escreve seus planos.

Os Estados Unidos escrevem suas estratégias.

E o Brasil?

O Brasil continua discutindo personagens, conflitos, alianças e desavenças quando deveria estar debatendo o roteiro, os objetivos e os compromissos.

Porque o problema brasileiro não é a falta de atores.

O problema brasileiro é a falta de um excelente roteiro.

***Vinicius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**

Heber Galarce*

Lula, data centers e o quintal energético do Brasil

O presidente Lula afirmou que data centers são bem-vindos ao Brasil, desde que produzam a própria energia. A frase, em si, não é equivocada. Data centers são cargas intensivas, contínuas e pouco tolerantes a interrupções. Não há razão para que a tarifa do consumidor brasileiro arque com o custo de uma corrida global por processamento de dados.

O problema não está na exigência de energia adicional. Está em permitir que o chefe de Estado faça essa cobrança ao mercado internacional como se o ambiente doméstico já estivesse organizado para viabilizá-la. Não está. E essa lacuna é, antes de tudo, falha de coordenação da política energética sob liderança do Ministério de Minas e Energia.

O Brasil tem uma vantagem rara: sol, vento, área disponível e energia renovável competitiva. Mas vantagem comparativa não vira vantagem industrial por gravidade. Entre um parque eólico no Nordeste e um data center operando 24 horas por dia há transmissão, regulação, tributação, conexão, contratos e armazenamento. É nesse corredor entre potencial e execução que o país tem tropeçado.

Enquanto se cobra que investidores tragam sua própria energia, o sistema brasileiro

corta volumes relevantes de geração renovável. O curtailment não é culpa do operador. É decisão técnica para preservar a segurança do sistema quando há restrições de rede, excesso localizado de geração ou falta de flexibilidade. Mas é também o retrato de um país que instalou renováveis em velocidade superior à sua capacidade de escoar e armazenar essa energia.

A resposta clássica, a expansão da transmissão entre Nordeste, Sudeste e Sul, é necessária, mas não resolve a janela atual. Linhas estruturantes levam anos. A corrida por data centers acontece agora. O Brasil tem custo renovável baixo, mas não tem tempo regulatório infinito.

Por isso a agenda deveria ter sido óbvia: transformar excedente renovável em plataforma de infraestrutura digital. Aprovar o Redata. Dar previsibilidade tributária. Fazer um leilão competitivo de baterias. Criar regras claras para armazenamento em geração, transmissão, distribuição e atrás do medidor. Estimular projetos híbridos e colocalizados, nos quais data centers, renováveis e baterias conversem com o sistema.

O que ocorreu foi o oposto da coordenação. A medida provisória do Redata perdeu validade, e o projeto de lei que busca recriar o

regime continua pendente no Senado. A política concebida para atrair data centers com contrapartidas de sustentabilidade virou sinal de incerteza. Numa competição global, previsibilidade pesa tanto quanto preço de energia.

Nas baterias, o atraso é ainda mais simbólico. O primeiro leilão específico de armazenamento foi anunciado como marco, mas avançou em ritmo incompatível com a urgência do problema. Na Aneel, a discussão regulatória foi lenta e controversa. A posição técnica inicial sobre dupla cobrança pelo uso da rede, no carregamento e na descarga, soou menos como aceleração tecnológica e mais como tentativa de encaixar uma inovação sistêmica em lógica tarifária antiga.

Essa indefinição encarece projetos, posterga decisões e reduz a capacidade do Brasil de mostrar ao mundo casos concretos de sucesso. Um país que quer dizer a investidores “produzam sua própria energia” precisa demonstrar que sabe viabilizar a solução completa: geração limpa, conexão eficiente, armazenamento, contratos bancáveis e regras estáveis. Sem isso, a cobrança vira condição correta cercada por um ambiente que a torna mais difícil.

É aqui que a assessoria técnica importa. Não cabe exigir que o presidente domine os

detalhes da TUST, da TUSD, da Consulta Pública 39 ou de um leilão de BESS. Cabe ao MME, como pasta responsável pela política energética, impedir que o chefe de Estado seja exposto a uma contradição pública desnecessária: falar ao mundo como se o quintal estivesse arrumado quando peças centrais seguem fora do lugar.

A crítica, portanto, não é à ideia de autoprodução. É à falta de preparo institucional para sustentá-la. Com Redata aprovado, regulação de armazenamento pró-competitiva, leilão de baterias realizado e plano de transmissão acelerado, a fala presidencial poderia ser ofensiva: venham ao Brasil, absorvam nosso excedente renovável e construam aqui a infraestrutura digital do futuro.

Sem isso, a mensagem é outra: venham, mas resolvam o que ainda não organizamos. Lula acertou na condição. O governo errou na preparação. E, nessa diferença, o Brasil arrisca desperdiçar uma oportunidade em que energia barata, transição climática e política industrial poderiam apontar na mesma direção.

***Presidente do INEL (Instituto Nacional de Energia Limpa)**

CORREIO ECONÔMICO

POR
ANDRE SOUZA

Ilustração/Imagem gerada por IA



Texto engloba entidades e templos de qualquer culto.

Câmara aprova PEC sobre imunidade tributária religiosa

A Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, a PEC 5/23, que amplia a imunidade tributária para entidades religiosas e templos de qualquer culto. O texto estende a isenção a tributos incidentes sobre a compra de bens e serviços usados na implantação, manutenção e funcionamento dessas instituições. A proposta também inclui creches, comunidades terapêuticas, monastérios, seminários, conventos e atividades socioassistenciais sem fins lucrativos ligadas às entidades religiosas. A PEC, de autoria do deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), segue agora para análise do Senado. Defensores afirmam que a medida busca adequar a legislação ao novo modelo tributário do consumo previsto na reforma tributária.

TCU questiona recuperação dos Correios

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ajustes no plano de recuperação financeira dos Correios e alertou para riscos fiscais na operação. O órgão questiona a falta de análises técnicas mais profundas sobre um empréstimo de R\$ 12 bilhões garantido pela União. Apesar das críticas, o tribunal manteve o plano e deu 120 dias para o governo criar mecanismos de controle e monitoramento.

Ilustração/Imagem gerada por IA



Projeto amplia cobertura contra perdas climáticas

Câmara aprova reforma do seguro rural

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2951/24, que reformula o seguro rural no país. A proposta prevê juros menores e prioridade no acesso ao crédito rural para produtores com operações amparadas por seguro. O texto também cria um fundo com recursos públicos para subsidiar parte do prêmio pago pelos agricultores e amplia mecanismos de cobertura contra perdas climáticas e eventos extremos. Como os deputados fizeram mudanças no projeto original, a matéria retorna ao Senado para nova análise e votação final.

iFood e Keeta na mira da Senacon

A Secretaria Nacional do Consumidor abriu processos administrativos contra iFood e Keeta por descumprimento das regras de transparência previstas na Portaria nº 61/2026. As plataformas são acusadas de não detalhar a divisão dos valores pagos em entregas (taxas e repasses a entregadores e estabelecimentos). As empresas terão 20 dias para apresentar defesa e podem receber multas de até R\$ 14 milhões.

Taxa de Desemprego

A taxa de desemprego no Brasil ficou em 5,8% no trimestre encerrado em abril, segundo a PNAD Contínua divulgada pelo IBGE. O índice subiu 0,4 ponto percentual em relação ao trimestre anterior, mas caiu 0,8 ponto na comparação anual. Cerca de 6,3 milhões de brasileiros procuravam trabalho no período.

Reforma Tributária

A Receita Federal e o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) prorrogaram até 15 de junho, às 18h, o prazo para envio de sugestões ao regulamento da Reforma Tributária sobre o consumo. O IBS substituirá ICMS e ISS no novo sistema tributário. As sugestões podem ser enviadas pelas entidades de forma online.

Novos empregos I

O Brasil criou 85,8 mil vagas com carteira assinada em abril, segundo dados do Novo Caged divulgados pelo Ministério do Trabalho. O saldo é resultado de 2,26 milhões de admissões e 2,18 milhões de desligamentos no período. Apesar do resultado positivo, o número representa o menor saldo mensal registrado em 2026 até agora.

Novos empregos II

O setor de serviços liderou a geração de empregos formais em abril, com saldo de cerca de 69 mil vagas, segundo o Novo Caged. A construção civil abriu 23,5 mil postos de trabalho e a indústria criou 9,2 mil vagas no período. Já comércio e agropecuária registraram fechamento de postos. No acumulado do ano, o país soma cerca de 700 mil empregos formais criados.

Fertilizantes I

Projeto de lei aprovado na Câmara prevê até R\$ 10 bi em subsídios, ao longo de cinco anos, para incentivar novas fábricas de fertilizantes no Brasil e ampliar ou modernizar unidades já existentes. O texto cria o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert) e estabelece limite anual de R\$ 2 bi em créditos fiscais.

Fertilizantes II

A proposta agora volta ao Senado. O texto também prevê isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para empreendimentos aprovados no Profert entre 2027 e 2031. Empresas habilitadas poderão obter créditos se usarem tecnologias para reduzir emissões de gases de efeito estufa.



Preços devem chegar nas bombas nos próximos dias

Gasolina sobe R\$ 0,48 a partir desta sexta-feira(29)

Aumento ocorre dias após governo decretar subsídios a combustíveis

Da Redação

A Petrobras anunciou um reajuste no preço da gasolina “A” vendida às distribuidoras de R\$ 0,48 por litro. O aumento começa a valer a partir desta sexta-feira (29) e será aplicado na etapa de distribuição, podendo chegar ao consumidor final de forma gradual, conforme a reposição dos estoques e a política de repasse adotada por cada agente da cadeia de combustíveis.

Segundo a estatal, será aplicado um desconto de R\$ 0,44 por litro sobre o reajuste anunciado, o que reduz o aumento efetivo para R\$ 0,04 por litro. A medida foi definida em conjunto com o governo federal e integra um mecanismo de compensação de preços aplicado ao setor de combustíveis. Na última segunda-feira(25), o Presidente Lula decretou subsídio de R\$ 0,44 por litro de gasolina, com validade de dois meses.

De acordo com o governo, o subsídio será repassado diretamente a produtores e importadores de gasolina por meio da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O objetivo é reduzir a variação de preços no mercado interno e diminuir o impacto de aumentos externos sobre os combustíveis comercializados no país.

O preço final ao consumidor depende de uma série de fatores ao longo da cadeia, como tribu-

tos federais e estaduais, como ICMS, custos de transporte e distribuição, mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina e margens de revenda aplicadas por postos e distribuidoras. Por esse motivo, o reajuste anunciado pela Petrobras não tem repasse igual em todas as regiões.

A Petrobras informa que os preços praticados seguem critérios de mercado, com referência à paridade internacional do petróleo e à variação da taxa de câmbio. Segundo a empresa, a política de preços considera o comportamento do mercado global de energia e as condições de oferta e demanda.

O setor de combustíveis é acompanhado pelo governo federal devido ao impacto sobre a inflação. Variações nos preços da gasolina influenciam custos de transporte, logística e parte da cadeia de alimentos e serviços, que compõem os índices de preços utilizados em indicadores econômicos.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo(ANP), os preços dos combustíveis variam entre estados e postos. A gasolina comum é comercializada, em média, entre R\$ 6,60 e R\$ 6,80 por litro. O etanol hidratado aparece em faixa média de R\$ 4,20 a R\$ 4,90 por litro, podendo ser encontrado em alguns locais abaixo desse intervalo. Já o diesel S-10 tem preço médio em torno de R\$ 7,00 a R\$ 7,30 por litro.

“Ter mais tempo para empreender”, diz ministro sobre fim da 6 x 1

Paulo Pereira defendeu a redução da jornada de trabalho e detalhou programas a pequenos negócios

Após aprovação pela Câmara dos Deputados da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que coloca fim à jornada de trabalho 6 x 1, o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira, reforçou a defesa da medida como parte de uma agenda do governo de modernização das relações trabalhistas e estímulo ao empreendedorismo.

Durante participação no programa “Bom Dia, Ministro”, na quinta-feira(28), Paulo Pereira lembrou que a proposta também prevê a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial, além da substituição gradual da escala 6x1 — modelo em que o trabalhador atua seis dias consecutivos com um dia de descanso — por formatos mais flexíveis de organização do trabalho.

Para ele, a mudança vai aumentar a produtividade e o bem-estar dos trabalhadores, gerando impactos positivos no consumo e na economia. “Temos cerca de 16 milhões de brasileiros vão passar

a trabalhar na 6x2”. Outros 38 milhões de brasileiros vão passar a trabalhar 40 horas semanais. As pessoas vão ter mais tempo com as famílias, pra estudar, pra empreender e pra consumir, com mais lazer, mais passeios” disse.

Para micro e pequenas empresas, o governo está estudando regulamentações específicas e mecanismos de transição para garantir que esses negócios consigam se adaptar sem prejuízos financeiros. “É uma regra geral, vale para todo mundo, mas a gente ainda não desceu nas especificidades de cada uma das atividades”, explicou. Segundo avaliação do Ministério do Empreendedorismo, cerca de 51% dos micro e pequenos empresários não veem impacto negativo na mudança, enquanto a percepção contrária caiu para cerca de 27% em 2026, conforme pesquisas do Sebrae citadas pelo governo. O ministro afirmou que a mudança será acompanhada de mecanismos de compensação e apoio a setores mais impactados, incluindo acesso a crédito e políticas de transição.



Paulo Pereira assumiu o Ministério do Empreendedorismo em 22 de abril

Desenrola Empresas

Outro ponto da agenda econômica do governo é o programa Desenrola Empresas, voltado à renegociação de dívidas de microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte. Segundo dados oficiais mais recentes, o programa já integra o chamado Novo Desenrola Brasil. De acordo com o governo, mais de 355 mil operações foram formalizadas, movimentando aproximadamente R\$ 737 milhões em dívidas renegociadas.

Linhas de crédito

Na linha de crédito do Pronampe, já foram registradas 49,3 mil operações, com cerca de R\$ 7,9 bilhões contratados desde o início da nova fase. Já o ProCred 360 contabiliza 14,8 mil operações e aproximadamente R\$ 611 milhões em crédito liberado, voltados a MEIs e pequenas empresas com faturamento de até R\$ 360 mil.

Contrata+Brasil

Na plataforma Contrata+Brasil, que conecta pequenos fornecedores às licitações e compras públicas, já são mais de 1.694 órgãos públicos cadastrados, além de mais de 10 mil empresas participantes. De acordo com o ministro, a plataforma acumula mais de R\$ 20,6 milhões em contratações aprovadas, com mais de 3.900 contratos formalizados e mais de 1.400 microempreendedores efetivamente contratados. O valor médio por contratação gira em torno de R\$ 5,9 mil, com destaque para serviços de manutenção, pequenos reparos, jardinagem, pintura e instalações elétricas. O governo avalia que a ferramenta reduz burocracia e amplia a participação de micro e pequenas empresas no orçamento público, especialmente em municípios.

Agenda integrada

A estratégia do governo combina três frentes principais: reor-

ganização da jornada de trabalho, ampliação do acesso ao crédito e estímulo à participação de pequenos negócios em compras públicas. A avaliação oficial é de que essas medidas atuam de forma conjunta para aumentar produtividade, reduzir desigualdades e fortalecer o empreendedorismo no país. O ministro afirmou que a transição será gradual e baseada em diálogo com empresas e trabalhadores, com foco na sustentabilidade fiscal e na preservação do emprego formal.

Mudanças no MEI

Há propostas no Congresso para elevar o limite de R\$ 81 mil para valores entre R\$ 130 mil e R\$ 145 mil. Pereira considera a proposta inviável no momento, mas ressaltou que o governo deve buscar uma solução equilibrada, tanto ao empreendedor quanto para a responsabilidade fiscal do país.

Correio da Manhã questiona ministro sobre “pejotização” e impactos no INSS

Durante a entrevista do programa “Bom Dia, Ministro”, o Jornal Correio da Manhã participou da rodada de perguntas ao ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira, com foco nos impactos da expansão de pessoas jurídicas no mercado de trabalho e seus efeitos sobre a Previdência Social.

O debate abordou o crescimento do número de Microempreendedores Individuais (MEIs) no Brasil e a possível migração de trabalhadores da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o modelo de pessoa jurídica, além dos impactos desse movimento na arrecadação previdenciária. O tema envolve o fenômeno conhecido como pejotização, quando trabalhadores são contratados como pessoa jurídica

em vez de regime formal de emprego. Na prática, o profissional abre um CNPJ e presta serviços como empresa, embora em alguns casos mantenha características típicas de vínculo empregatício, como subordinação, jornada fixa e exclusividade. Segundo dados oficiais, o Brasil conta atualmente com cerca de 16,8 milhões de microempreendedores individuais (MEIs) ativos, o que torna o regime uma das principais formas de formalização do trabalho no país.

Ao responder sobre o tema, o ministro explicou que a finalidade original da criação do MEI era permitir que o empreendedor informal tivesse acesso a todo o sistema de seguridade. “O sistema foi pensado para aquele empreendedor, para aquela empreendedora que era informal. [...] a manicure que trabalha



A pejotização “é uma distorção”, disse o ministro

por conta própria, o pequeno chuveiro, as pessoas que vendem comida para fora, para permitir que essas rendas fossem formalizadas.”

Em seguida, o ministro fez críticas ao uso indevido do modelo

em substituição ao emprego formal. “A pessoa lá é um trabalhador seletista. Então, você vai romper o seu vínculo e vou te contratar com o MEI. Não é para isso o sistema. O sistema não foi pensado para

isso. E isso é uma distorção que o governo, as autoridades precisam ficar de olho.” - completou.

O CM também questionou o ministro sobre o número de MEIs que pagam 15% via Guia da Previdência Social (GPS) para ter direito à aposentadoria seguindo a regra de transição por tempo de contribuição. Esse valor é pago além dos 5% cobrados mensalmente via DAS (Documento de Arrecadação Simples), que dará ao trabalhador o direito a se aposentar apenas por idade, recebendo um salário mínimo. O ministro não apresentou números, mas esclareceu que o governo reconhece que a substituição de vínculos CLT por pejotização pode gerar impactos na arrecadação da Previdência e o tema vem sendo acompanhado pelo governo para preservar o emprego formal.

CORREIO NO MUNDO

UN Photo/Eskinder Debebe



Embaixador israelense condena inclusão do país na lista

ONU inclui Israel em lista de abuso sexual em guerras

O embaixador de Israel na ONU anunciou, nesta quinta-feira (28), a suspensão das relações com o secretário-geral da organização, António Guterres, ao denunciar a decisão da entidade de incluir Israel na lista de países responsáveis por violência sexual em conflitos.

O documento foi visto e confirmado por agências de notícias e será enviado aos integrantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além de Israel, a Rússia também foi incluída na lista por atos cometidos durante a Guerra da Ucrânia.

“Estamos fartos desse secretário-geral”, declarou o embaixador Danny Danon em uma mensagem de vídeo publicada no X.

Relações estão congeladas

A missão israelense esclareceu que isso significa o “congelamento” de suas relações com o gabinete do secretário-geral da ONU até o final de seu mandato, em 31 de dezembro de 2026. “A decisão de incluir Israel na lista e nos acusar de usar violência sexual como arma de guerra é ultrajante”, afirmou. “O secretário e sua equipe continuam espalhando mentiras contra Israel para nos colocar, juntamente com os terroristas do Hamas, na mesma lista. Isso é inaceitável”, acrescentou.

Reuters/Folhapress



Danon repudiou ação e fez referência ao New York Times

“Decisão vergonhosa e absurda”

“A decisão vergonhosa e absurda da ONU de incluir entidades israelenses no anexo do relatório sobre CRSV [violência sexual relacionada a conflitos] é mais uma prova da verdadeira natureza da ONU: uma organização politizada e corrupta que abandonou seus princípios fundadores e tem como missão principal atacar sistematicamente Israel”, disse Oren Marmorstein, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores de Israel, em publicação no X. Segundo Danon, Israel convidou representantes da ONU para irem ao país verificar as acusações

Bronca com o The New York Times

“Eles optaram por não vir e preferiram continuar com a campanha contra Israel. Vimos a mentira no New York Times e agora vemos outra mentira vinda da ONU”, diz, em referência a texto publicado pelo jornal que compila denúncias de violência sexual contra palestinos em prisões israelenses. Um dia depois, Israel divulgou um relatório de 300 páginas em que acusa o Hamas de “violência sexual sistemática”.

Guarda do Irã

Nesta quinta, a Guarda Revolucionária do Irã afirmou ter atacado uma base aérea dos EUA, que teria sido de onde partiu a ofensiva contra seu território. Teerã disse ainda ter abatido uma aeronave americana próximo à cidade de Bushehr, no golfo Pérsico, mas não deu detalhes sobre que tipo de avião seria.

Sem confirmação

O Pentágono não confirmou a informação, e uma autoridade disse à Reuters que os EUA não perderam nenhuma aeronave na região nos últimos dias. O Kuwait afirmou durante a madrugada ter respondido a ataques com mísseis e drones e posteriormente condenou as ações iranianas, classificando-as de uma “perigosa escalada”.

Dissidentes das Farc

Pelo menos três dias de combates entre grupos dissidentes das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) deixaram dezenas de mortos na zona central da Colômbia às vésperas das eleições presidenciais no país, disseram nesta quinta-feira (28) a imprensa local e a agência de notícias AFP.

Até o dia da eleição

O número, baseado em relatos de autoridades e cidadãos, ainda é incerto. O jornal El Colombiano fala em cerca de 50 mortes, enquanto a AFP, citando entrevista com prefeito da região, informa que 48 rebeldes morreram. Fato é que a onda de violência, que começou na segunda (25), deve repercutir até o dia da votação para presidente, no domingo (31).

Cenário mórbido

“Os corpos estão amontoados lá, precisam ser removidos”, afirmou à agência de notícias Willy Rodríguez, prefeito de San José del Guaviare, capital do departamento onde a matança ocorreu e talvez ainda esteja ocorrendo, já que não se sabe se os combates continuam. O político descreveu o cenário mórbido.

Recolher corpos

Descrição foi feita com base em relatos de pessoas da comunidade, uma vez que as autoridades não conseguiram chegar ao local, segundo a AFP. Pela manhã, equipes de resgate ainda aguardavam a autorização dos grupos armados para recolher os corpos.

Por Daniela Arcanjo (Folhapress)



Teerã nega ter concordado com a extensão do cessar-fogo

EUA e Irã concordam em prolongar cessar-fogo

Estados Unidos e Irã trocaram ataques nos últimos dias

Os Estados Unidos e o Irã chegaram a um acordo para prolongar o cessar-fogo entre os dois países por mais 60 dias, de acordo com relatos da imprensa americana publicados nesta quinta-feira (28). Autoridades dos EUA falaram sob condição de anonimato ao portal Axios e à agência de notícias Reuters em meio a uma troca de fogo na região e a investidas de Israel contra o Líbano.

Segundo essas autoridades, os dois lados do conflito no Oriente Médio finalizaram um documento se comprometendo com a trégua e estabelecendo um ponto de partida para mais negociações, em especial sobre o destino do urânio altamente enriquecido em posse do Irã. O texto, entretanto, ainda precisaria da aprovação do presidente Trump.

Horas depois, entretanto, a agência de notícias estatal do Irã desmentiu o relato, afirmando que o documento não está finalizado e que, quando isso acontecer, será feito um anúncio público.

Já o vice-presidente americano, J. D. Vance, disse que as negociações ainda “não chegaram lá”, mas que os países estão próximos a um acordo. Em conversa com a imprensa, Vance confirmou a existência do documento, e afirmou que, quando publicado, ele impediria de maneira significativa a capacidade do Irã de desenvolver uma bomba nuclear.

“É difícil dizer exatamente quando ou se o presidente vai assinar o memorando de entendimento”, afirmou Vance. “Estamos indo e voltando em alguns

termos. Não posso garantir que vamos chegar lá, mas estou com um bom pressentimento.”

Trump tem dado declarações contraditórias nos últimos dias, ora insinuando que um acordo está próximo, ora dizendo que a guerra, que já dura três meses, vai continuar por “mais um tempo” —quando iniciou o conflito contra o Irã ao lado de Israel, Trump prometeu que ele duraria, no máximo, seis semanas.

O presidente está sob pressão de aliados no Partido Republicano que são contrários a qualquer acordo de paz que não inclua, de forma decisiva, a retirada ou destruição do urânio enriquecido do Irã.

O senador Lindsey Graham, influente membro do Congresso americano, disse no último dia 23 que se a guerra chegar ao fim enquanto o país persa “ainda possuir a capacidade de destruir infraestrutura petrolífera dos países do Golfo, o Irã será uma força dominante que necessitará de uma solução diplomática”.

“Isso seria uma enorme mudança no equilíbrio de forças na região e, com o tempo, um peso para Israel”, afirmou.

Na quarta (27), os EUA fizeram novos ataques ao Irã, tendo como alvo um local militar que representava uma ameaça às forças americanas e ao tráfego marítimo comercial no estreito de Hormuz. O funcionário afirmou que os militares americanos também interceptaram e abateram vários drones iranianos que representavam ameaça semelhante.

CORREIO ESPORTIVO

Tomaz Silva/ Agência Brasil



Nuzman presidiu Comitê Olímpico Brasileiro por 22 anos

MPF pede para extinguir ação contra Nuzman pela Rio 2016

O Ministério Público Federal, diante da decisão de trancamento da ação do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, extinguiu a ação penal em primeira instância contra Carlos Arthur Nuzman e Leonardo Gryner, diante dos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas, do caso da compra de votos da candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2016. Nuzman foi acusado de intermediar o pagamento de US\$ 2 milhões (R\$ 3,56 milhões na cotação da época, R\$ 8,78 milhões em valores corrigidos) ao senegalês Lamine Diack, membro do COI e presidente da Federação Internacional de Atletismo. O então mandatário brasileiro era presidente do Comitê Olímpico do Brasil e do Organizador dos Jogos.

Mandatário sempre negou acusações

Nuzman sempre negou as acusações contra ele e que nunca teve contato com o empresário Arthur Soares, o “Rei Arthur”, no intermédio de compra de votos da candidatura do Rio de Janeiro para a escolha dos Jogos Olímpicos de 2016. Quatro cidades disputaram o direito de sediar o evento. Além da capital fluminense, Madrid, Chicago e Tóquio. O Rio venceu a disputa final com Madrid por 66 a 32 votos.

Rafael Ribeiro/CBF



Casemiro participou da entrevista coletiva pela Seleção

Casemiro fala sobre “sonho realizado”

O volante da Seleção Brasileira, Casemiro, comentou sobre a sensação de disputar a sua terceira Copa do Mundo. Remanescente das Copas de 2018 e 2022, o jogador, que soma 84 jogos pela Amarelinha e oito gols, não exitou em demonstrar sua felicidade em fazer parte de mais uma convocação. “A sensação de estar no grupo da Seleção e disputar uma Copa do Mundo pelo Brasil é a maior felicidade. É um sonho de criança, não tem explicação. Só as pessoas e os jogadores que estão aqui sabem transmitir essa felicidade. Sem dúvida é um sonho realizado”, disse.

Mescla de experiência e juventude

O volante falou sobre os mais jovens. “Principalmente para quem vai disputar pela primeira vez, é uma competição única, da grandeza da competição, sem dúvida. Eles têm a oportunidade de marcar o nome na história do futebol brasileiro”, afirmou. O volante opinou sobre a mescla entre esses atletas mais experientes e os mais jovens, indicando que “essa mescla é importante para ganhar títulos”, disse.

POR
PEDRO SOBREIRO

Homenageado

Campeão do mundo em 2002, Felipão foi homenageado pela CBF nesta quinta (28), na Granja Comary, e passou uma mensagem de incentivo aos atletas antes da Copa do Mundo. Ele foi presenteado com uma placa com os principais títulos de sua vitoriosa carreira e uma camisa da campanha ‘Bate no Peito’.

Felipão quer união

Felipão pediu a união para conquistar a Copa. “Uma equipe não começa só pelo Carlo, começa por toda a comissão. Esta é a equipe do Brasil. E saibam que um tem que fazer pelo outro e tem que cobrar e aceitar do outro. Aceitar é muito difícil. Vocês têm um cara (Ancelotti) que irá comandar vocês e que conhece (de futebol)”, disse.

Brasil em mente

“Portanto, aceitem, dialoguem, conversem. Quero que vocês ganhem, porque quem ganha é o Brasil, somos todos nós. Desejo a vocês tudo de bom e saibam se doar pelo Brasil e pelo outro”, destacou o ex-treinador. Amigo de longa data de Carlo Ancelotti, ele marcou presença no evento de apresentação do técnico italiano em 2025.

Campeão do mundo

“Como é bom ser campeão do mundo, e vocês têm toda essa possibilidade. É difícil, se fechem entre vocês. Vocês foram escolhidos e fazem parte de uma elite. E essa elite tem que saber: ‘eu jogo pelo outro, eu faço pelo outro’”, completou Felipão, que, antes da solenidade, assistiu ao segundo treino da Amarelinha para a Copa do Mundo.

Brasil x Panamá

Na Granja Comary, Casemiro valorizou o jogo deste domingo (31), entre Brasil x Panamá, no Maracanã. “Acho que esse jogo no Maracanã vai ser uma conexão legal com o povo brasileiro. O Maracanã é uma casa da Seleção Brasileira. Vai ser muito importante essa conexão e essa despedida”, concluiu o camisa 5.

Ivete Sangalo

O jogo terá início às 18h30, mas os portões abrirão bem mais cedo. Às 16h30, um patrocinador da Seleção Brasileira vai promover um show da cantora Ivete Sangalo no Maracanã. Quem tiver ingresso para o jogo, poderá assistir, contanto que chegue no horário. Será o último jogo do Brasil no país antes da Copa.



Torrano, presidente da Ponte Preta, ao lado do vice Eberlin

Afastamento do presidente da Ponte Preta é indeferido

Justiça nega petição e o dirigente segue à frente da presidência

Raquel Valli

A Justiça indeferiu o pedido de liminar para afastar imediatamente do cargo o presidente da Ponte Preta Luiz Antônio Alves Torrano. Portanto, o dirigente segue à frente do clube até que a ação seja julgada. A petição solicitava o afastamento imediato sob o argumento de que a permanência do mandatário gera prejuízos à instituição.

O pedido foi rejeitado pela 5ª Vara Cível da Comarca de Campinas, sob o argumento de que Torrano já exerce a função desde janeiro, mas que a solicitação só foi feita meses depois, perdendo o caráter de urgência. Entretanto, os advogados do caso lembram que a morosidade ocorreu justamente pela falta de transparência, atrasando a captação de documentos.

“A decisão de negar a tutela é absolutamente normal. Nossa tese é de que, embora a irregularidade tenha se originado no passado, o dano institucional é atual, contínuo e progressivamente renovado. O juiz entendeu, contudo, que se o Torrano ocupa o cargo desde janeiro e ação só foi apresentada agora (em que pese a não-apresentação anterior pela dificuldade em obter documentos gerada pela própria Ponte Preta), não há necessidade do afastamento imediato”, afirma o advogado Joao Felipe Artioli.

Mas, o indeferimento da liminar não extingue o processo, que mantém a tramitação regular, ou seja, a ação principal continua, alegando

que a candidatura de Torrano não foi válida. A decisão judicial não emitiu juízo de valor sobre a legalidade ou a regularidade da situação do dirigente no cargo - o que será emitido no veredito.

“O juiz não disse que Torrano está regular nem que a eleição é válida, nem que a reintegração após a renúncia foi correta. Apenas entendeu que Torrano pode permanecer no cargo enquanto a ação é julgada”, complementa Artioli.

Com a negativa do afastamento, o processo adota o rito processual padrão. A Ponte Preta e o presidente foram citados e possuem o prazo legal de 15 dias úteis para apresentar as respectivas defesas. O litígio jurídico prossegue, e Torrano permanece no exercício das funções da presidência do clube durante o período de debate sobre o mérito da causa.

O outro lado

Em nota enviada à imprensa, a Ponte informou que, até o presente momento, não foi citada nem intimada acerca da ação. Reforça que eventuais esclarecimentos sobre o mérito somente poderão ser prestados após a ciência do processo, que tramitará na esfera judicial.

“Ainda assim, estamos acompanhando as informações e caso a Ponte venha a ser oficialmente notificada, o assunto será analisado pela Diretoria Jurídica, que adotará todas as medidas cabíveis para a defesa dos legítimos interesses do clube”, declara o diretor jurídico José Henrique Specie.



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Tribunal eleitoral do Rio é o primeiro do Brasil a contar com espaço exclusivo para advogados

Fotos OAB-RJ



Durante a inauguração, o presidente do TRE-RJ, desembargador Claudio de Mello Tavares, com a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio



Em ano eleitoral, OAB-RJ inaugura sala da advocacia no TRE-RJ

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ), desembargador Claudio de Mello Tavares, e a presidente da Seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), Ana Tereza Basilio, inauguraram na quinta-feira (28) a Sala da Advocacia, que passa a funcionar no 2º andar do Palácio da Democracia, sede do TRE-RJ, no Centro do Rio. É o primeiro tribunal eleitoral do país a contar com espaço de trabalho exclusivo para advogados e advogadas.

A criação do espaço era uma demanda considerada estratégica pela a advocacia, especialmente porque muitos profissionais precisam se deslocar de diferentes regiões do estado - e até mesmo de outros estados do Brasil - para atuarem no tribunal.

Também participaram da inauguração a vice-presidente da OAB-RJ, Sylvia Drumond; o vice-presidente e corregedor do TRE-RJ, desembargador Fernando Cerqueira Chagas; a conselheira e o conselheiro da Seccional, Manoela Dourado e Marcus Soares; a vice-presidente da Comissão de Direito Eleitoral, Ana Paula Coelho; o presidente da Comissão de Relações Institucionais perante o Tribunal Superior Eleitoral, Eduardo Damian Duarte; e o presidente da Comissão de Direito Empresarial do Conselho Federal da OAB, Eurico Teles.

Prestigiaram ainda a diretora de Relações Institucionais da Seccional, Cristiane Medeiros; o diretor de Assuntos Legislativos, Márcio Vieira; a presidente e o segundo vice-presidente da OAB Jovem RJ, Livia Madeira e Dalber Nilsen; o assessor especial da presidência, Ricardo Menezes, e a presidente da comissão de Direito à Cidadania da OAB-RJ, Kátia Junqueira.

Lucia e Pedro Grossi oferecem jantar em homenagem à aniversariante Maria Inês Narciso

Cláudio Magnavita



Lucinha e Pedro Grossi abriram o apartamento da Gávea no último dia 26 para comemorar o aniversário de Maria Inês Narciso, esposa do jornalista mineiro Paulo Cesar Oliveira, reunindo os amigos que vivem no Rio

Cláudio Magnavita



Na foto, a aniversariante Maria Inês Narciso com o seu marido, o jornalista mineiro e colunista do Correio da Manhã, Paulo Cesar Oliveira

CM



Cláudio Pereira, Cláudio Magnavita e Paulo Cesar Oliveira durante o jantar oferecido por Lucia e Pedro Grossi na Gávea

Fórum dos gerentes de segurança da hotelaria do Rio recebe novos comandantes da PM

O HotéisRIO organizou nesta quinta-feira, 28 de maio, no Windsor Leme, sua 2ª reunião do Fórum dos Gerentes de Segurança em 2026. O evento teve como objetivo estreitar laços entre os responsáveis pela segurança dos hotéis cariocas e representantes das forças de segurança do estado, como os novos comandantes de batalhões da Polícia Militar.

O coordenador do fórum, Ricardo Barreiro, gerente de Prevenção de Riscos e Perdas da rede Windsor, ressaltou a importância do trabalho do Corpo de Bombeiros, principalmente em uma cidade com amplo acesso a praias como o Rio de Janeiro. “O turista, em especial o estrangeiro, quer se banhar, mas não conhece o mar. Aí entra a equipe do coronel Verdini”.

Para o coronel Luiz Pereira Verdini, comandante do Comando de Bombeiros de Atividades do Estado do Rio de Janeiro, hoje a força conta com equipamentos muito modernos, como jet skis,

CM



Segunda reunião do fórum foi realizada no hotel Windsor Leme, na Zona Sul do Rio

botes infláveis e drone, mas ainda assim os salvamentos marítimos são muito exigentes e desgastantes para os profissionais.

De acordo com a nova comandante do BPTur (Batalhão de Polícia de Turismo), Monica Casanova, essa parceria

das autoridades policiais com o setor hoteleiro é essencial para maximizar a segurança dos hóspedes. “Estamos à disposição para estreitar laços com vocês”, afirmou.

Estiveram presentes também a oficial

CM



Coronel Luiz Pereira Verdini, comandante do Comando de Bombeiros de Atividades do Estado do Rio de Janeiro

de Operações e Planejamento do BPTur, major Priscilla Barreto, o subcomandante do 19º BPM, major Diego Oliveira, o major Fernando de Souza, subcomandante do 31 BPM, e a nova comandante do 5º BPM, a tenente-coronel Sabrina Abreu.

Huguette Gallo

Instagram: @huguette.gallo
E-mail: huguette.gallo@gmail.com

Niko Tavernise/Universal Picture/Reprodução

A atriz Emily Blunt
é a estrela do filme
tão aguardadoVem aí o mais
novo filme
do genial
Steven
Spielberg

Steven Spielberg já nos presenteou com dois dos filmes de ficção científica icônicos, 'Contatos Imediatos do Terceiro Grau' e 'E.T. - O Extraterrestre'. Agora, o mestre dos blockbusters retorna ao mundo da ficção científica com um novo filme sobre OVNI, que permaneceu envolto em segredo durante o seu desenvolvimento.

'Disclosure Day' sugere que um dia os segredos da vida extraterrestre serão

revelados ao mundo. Com roteiro assinado por Spielberg e David Koepp - seu parceiro de longa data desde 'Jurassic Park' -, o filme retrata temas que sempre permearam a carreira do diretor, como mistérios ocultos, o desconhecido e a possibilidade de vida em outros planetas.

Ao retornar às suas raízes, ocineasta traz um suspense que transita entre o drama e a ficção científica, estrelado

por Josh O'Connor, vencedor do Critics Choice Awards de melhor ator por "The Crown", Emily Blunt, indicada ao Oscar de melhor atriz por "Oppenheimer", e Eve Hewson, de "Jay Kelly". Também se reúnem ao elenco estelar Colin Firth, vencedor do Oscar por "O Discurso do Rei", Colman Domingo, de "Sing Sing", e Wyatt Russell, de "Thunderbolts".

Eles acertaram em todos os clichês clássicos: círculos nas plantações, Área

51 e Roswell, o Caso Roswell (1947). O primeiro refere-se à queda de um objeto no Novo México, inicialmente apontado como 'disco voador' pelo Exército, enquanto o segundo é uma base militar ultra-secreta em Nevada, alvo de teorias de que abrigaria em seu interior nave e corpos alienígenas.

O filme tem distribuição da Universal Pictures e estará nos cinemas em 10 de junho.

Divulgação

Maroon 5
anuncia novos shows no Brasil

A banda Maroon 5, vencedora de três prêmios GRAMMY e com vários discos de platina, apresenta-se no dia 6 de setembro em São José do Rio Preto, no dia 8 de setembro em São Paulo, no dia 10 de setembro em Salvador e no dia 12 no Rock in Rio.

Logo após a turnê 'Love Is Like 2025', o Maroon 5 encerrou uma série de 24 shows em

arenas pelos Estados Unidos para promover seu mais recente álbum, 'Love is Like', incluindo apresentações com ingressos esgotados no Madison Square Garden e no The Forum.

O disco marcou o retorno triunfal do grupo, recebeu certificação de Diamante e se tornou o primeiro LP lançado pelo Maroon 5 desde JORDI, de 2021. Recentemente, a banda retor-

nou com um novo single eletrizante, "Heroine".

O grupo norte-americano de pop rock de Los Angeles, Califórnia é composto pelo vocalista principal e guitarrista Adam Levine, pelo guitarrista base e tecladista Jesse Carmichael, pelo guitarrista principal James Valentine, pelo baterista Matt Flynn, pelo tecladista PJ Morton e pelo baixista e tecladista Sam Farrar.



O grupo estica a passagem pelo Brasil

Comunicação Estratégica/Divulgação



Rodrigo Porto, João Melotti e Eduardo Porto

A fragância
exclusiva do luxo

A Rede Vitória Hotéis lançou uma fragância exclusiva, desenvolvida com a Eleven Fragrances, para fortalecer a sua identidade olfativa e criar uma experiência sensorial memorável em suas unidades. O aroma, que combina notas cítricas, verdes e amadeiradas, busca reforçar o acolhimento e a sofisticação, com planos futuros de comercialização para os hóspedes.

O desenvolvimento da fragância contou também com a participação dos Irmãos da Hotelaria, Eduardo Porto e Rodrigo Porto, que participaram ativamente do processo criativo ao lado de João Melotti, da Eleven Fragrances.

"O marketing sensorial vem ganhando cada vez mais espaço dentro da hotelaria, justamente porque as expe-

riências memoráveis não são construídas apenas visualmente. O olfato tem uma conexão extremamente forte com as emoções e memórias. Muitas vezes, um cheiro específico é capaz de despertar lembranças, sensações e experiências de forma quase imediata", explica Eduardo Porto, diretor de Marketing e Vendas da Rede Vitória Hotéis.